



Biblioteca Breve

SÉRIE PENSAMENTO E CIÊNCIA

BREVE HISTÓRIA
DA OLISIPOGRAFIA

COMISSÃO CONSULTIVA

JACINTO DO PRADO COELHO

Prof. da Universidade de Lisboa

JOÃO DE FREITAS BRANCO

Historiador e crítico musical

JOSÉ-AUGUSTO FRANÇA

Prof. da Universidade Nova de Lisboa

JOSÉ BLANC DE PORTUGAL

Escritor e Cientista

DIRECTOR DA PUBLICAÇÃO

ÁLVARO SALEMA

FERNANDO CASTELO BRANCO

Breve história da olisipografia



MINISTÉRIO DA CULTURA E DA CIÊNCIA
SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

Título

Breve História da Olisipografia

Biblioteca Breve / Volume 47

Instituto de Cultura Portuguesa
Secretaria de Estado da Cultura
Ministério da Cultura e da Ciência

© *Instituto de Cultura Portuguesa*

Direitos de tradução, reprodução e adaptação,
reservados para todos os países

1.ª edição — 1979

Composto e impresso
nas Oficinas Gráficas da Livraria Bertrand
Venda Nova - Amadora — Portugal

Janeiro de 1980

ÍNDICE

Preâmbulo	6
A Pré-Olisipografia.....	8
Quem fundou a Olisipografia?.....	17
Júlio de Castilho.....	23
Os três primeiros discípulos de Castilho: Gomes de Brito Freire de Oliveira e Tinop.....	28
Gustavo de Matos Sequeira	38
Augusto Vieira da Silva.....	47
Pastor de Macedo e Ferreira de Andrade	60
Um epigrafista e um etnógrafo: Cordeiro de Sousa e Luís Chaves.....	66
Dois divulgadores: Francisco Câncio e Norberto de Araújo	75
Autores Estrangeiros.....	78
A concluir	85
Notas	88
Documentário Antológico.....	99

PREÂMBULO

Quando num Colóquio realizado em 1977 apresentámos uma comunicação intitulada *A Olisipografia no conspecto da historiografia portuguesa de 1850 a 1950*, o Prof. Doutor José-Augusto França, que assistira à sua leitura, sugeriu-nos a ampliação do trabalho nos moldes dos que vêm sendo publicados na *Biblioteca Breve*, tendo em vista a sua inclusão nesta série de edições.

Aceitámos essa sugestão e o trabalho aqui está.

Procura ele historiar a olisipografia desde os seus primeiros passos até um período, se não actual, bem próximo dos nossos dias, uma vez que, dos autores contemporâneos, incluímos apenas os já desaparecidos. Para além da descrição das origens da olisipografia e da fundamentada determinação de quem verdadeiramente a criou como corrente historiográfica, procurámos ainda valorar a obra dos principais olisipógrafos e pôr em relevo os campos em que esses obreiros mais labutaram. E se tal importa demarcar, para se obter uma caracterização da olisipografia, também interessará chamar a atenção dos investigadores para o facto de que a olisipografia, até hoje, como se verifica por este estudo, pouco penetrou no campo da história económica, no da nossa industrialização ou no dos

movimentos operários e socialistas, assim como nos domínios do ensino e da vida associativa. E nestes, como noutros campos ainda, poderão vir a ser realizados trabalhos do maior interesse e valor, os quais enriqueceriam deveras a nossa historiografia e, evidentemente, também a lisipografia. Acentuámo-lo, na esperança de que tão importantes temáticas venham a atrair os investigadores portugueses, especialmente os que labutam em Lisboa, pois estes mais facilmente poderiam empreender estudos nesses domínios.

A PRÉ-OLISIPOGRAFIA

A importância de Lisboa como uma das maiores cidades da Hispânia, o seu primordial papel na história de Portugal, a circunstância de ter servido de palco a alguns dos principais episódios dessa história fazem que ela seja, com maior ou menor incidência, uma presença constante na historiografia portuguesa.

Essa presença é assinalável logo nas obras dos nossos cronistas, onde muitas páginas lhe são consagradas. Assim, na *Crónica de D. Afonso Henriques*, pertencente à crónica de 1419, faz-se referência circunstanciada e extensa à tomada de Lisboa ¹ e à trasladação dos restos mortais de S. Vicente, desde o cabo com o nome desse Santo, até à Sé de Lisboa ², bem como na crónica do mesmo rei, de Duarte Galvão ³, decalcada na maior parte da crónica de 1419 ⁴.

Fernão Lopes dá a Lisboa particular e honrosa relevância. É ver como ele a evoca, como lhe atribui a origem do movimento em prol da independência que se gerou em 1383, movimento esse que outras cidades e lugares seguiram: «Oo mui nobre cidade de Lixboa, vida e coração deste reino, purgada de todas fezes no fogo da lealdade! pois que já sabemos alguũs martires

dos que por ti padeceron, hora vejamos quaes foram os confessores que te fizeram clara amtre as gentes, confessando sempre tua tençom, sem desfallecer nelles tall fe? — E ella respondendo a tall pergunta, pode dizer desta guisa: Os que confessarom comigo, o Papa Urbano seer verdadeiro pastor da egreja, e o Mestre regedor e defensor destes reinos, foi a boa leal cidade do Porto, que muito trabalhou comigo neste tam forte negocio, ministrando grandes ajudas e despesas, por manteer a verdade que eu deffendia. E com ella...»⁵ outras cidades e lugares, que menciona. «E todas as outras me desampararõ, hũas per fraqueza de coraçom, e dellas per nom leaes Portugueses, outras per força de tormento, que soportar nõ poderom, fazendo alguũas de mim escarnho, e da tençom que tomava, por sahir da sogeiçom, a que contra razom nossos emmiigos per força nos obrigar queriam. E estas aqui nomeadas, foram os meus confessores que sempre confessarom a voz que eu tiinha, seemdo minhas companheiras nas pressas e tribullações, que por deffensom do reino me despuse a padecer»⁶.

A Lisboa consagra Fernão Lopes algumas das melhores páginas da sua obra, narrando o cerco «a tam nobre cidade»⁷, as atribulações vividas pela população e o heroísmo com que as suportou, em páginas que constituem, no dizer do Prof. Rodrigues Lapa, «um quadro dos mais patéticos de toda a nossa literatura»⁸.

Sem de nenhum modo desmerecer o valor dessas páginas ou de quantas referências os cronistas dedicaram a Lisboa, bem como o interesse dos informes que as suas obras contêm, não podemos inseri-las no âmbito da olisipografia, porquanto, como é evidente, nem Fernão Lopes, nem Duarte Galvão

nem o autor da crónica de 1419 quiseram traçar a história de Lisboa, mas sim narrar as vicissitudes do reino: Lisboa surge como parte de um todo, e esse todo é a história de Portugal. Estes autores nunca tiveram Lisboa com objectivo específico dos seus escritos.

Só no século XVI, e nos seus meados, surge o primeiro trabalho que tem Lisboa como objectivo.

Foi em 1554 que saiu dos prelos do editor eborense André de Burgos ⁹ uma obra de Damião de Góis cujo título logo indica o conteúdo: *Vrbis Olisiponis descriptio per Damianvm Goem equitem Lusitanvm, in qua obiter tractantur nō nulla de Indica nauigatione, per Graecos, et Poenos et Lusitanos, diuersis temporibus inculcata*. Procura-se nesta obra descrever a cidade, enaltecê-la, e a preocupação de pô-la a par de Sevilha é decerto reflexo da rivalidade ¹⁰ existente entre as duas cidades, donde partiam as naus e caravelas para as terras de além-mar dos dois impérios hispânicos, originando-se pois a sua elaboração nessa rivalidade e sendo o seu fim, evidentemente, sustentar a causa de Lisboa. E, na dedicatória da obra ao cardeal D. Henrique, Damião de Góis exprime clara e explicitamente o seu objectivo: «determinarei fazer agora, e só agora, a descrição da cidade de Lisboa.» ¹¹

Em 1608, Luís Mendes de Vasconcelos publicou *Do Sítio de Lisboa*. Salientando as vantagens e excelência da situação geográfica de Lisboa, busca «que por todas estas razões se conheça que esta cidade é mais digna que todas, da sua assistência» ¹², isto é, da corte e do rei. Para além deste objectivo, a obra, escrita sob forma dialogada, trata especialmente da situação económica portuguesa, inserindo-se na corrente que condena os

descobrimentos. Como anotou Mosés Bensabat Amzalak, «no *Sítio de Lisboa*, Luís Mendes de Vasconcelos refere-se ao seu trabalho *Conquista da Índia oferecida a El-Rei*, em que pretendia mostrar que essa conquista era muito nociva ao reino de Portugal e à cidade de Lisboa, que é também a tese do *Sítio*»¹³. Obra muito menos olisiponense do que o título sugere, não pretende, portanto, de nenhum modo, traçar a história de Lisboa.

Decorrida pouco mais de uma década, em 1620, publica Frei Nicolau de Oliveira, que o Prof. Doutor Veríssimo Serrão classificou e justificadamente como «o mais *olisiponense* dos escritores do seu tempo»¹⁴, o seu livro sobre Lisboa. Desde o título, *Livro das Grandezas de Lisboa*, indicando claramente que a sua finalidade é demonstrar e divulgar as magnitudes da Lisboa de então, até ao seu conteúdo, fica bem evidente ter sido esse o fim em vista. E senão vejamos como o próprio autor resumiu a sua obra: «A primeira cousa de que tratamos neste livro é do sítio, e divisão deste Reino, como se verá no primeiro tratado. E suposto que é Reino, trata-se no segundo tratado da sua antiguidade, e em que tempo se lançaram os primeiros fundamentos desta Cidade, e quem os lançou, e por que foi governado antes de ter título de Reino, que foi té el-Rei D. Afonso Henriques, do qual, e de seus sucessores, té el Rei Dom Filipe nosso Senhor segundo deste nome em Portugal se trata no terceiro tratado. E sabida a divisão, sítio, antiguidade e número dos reis deste Reino, segue-se tratar de Lisboa, como sua cabeça, de seu sítio, de suas grandezas e suas entradas, e saídas, o que se faz no quarto e quinto tratado. (sic.) E porque pera em hũa cidade paz é

necessário, que haja nela justiça, e se governe com ela, desta se trata no sexto e sétimo tratado (sic.). E por razão do seu bom governo, se trata também do governo do Reino em geral. E por quanto no porto desta cidade se fazem todas as armadas, com as quais e com os seus filhos, e cidadãos os reis deste Reino conquistaram grande parte do mundo se trata no oitavo tratado das terras e fortalezas, que el Rei de Portugal tem, não só em Europa, mas em África, e Ásia e na América. E como pera conservação dos seus estados lhe é necessário dinheiro, que é o nervo da milícia, se trata no nono tratado das rendas, que el Rei tem, assi no Reino, como em suas conquistas. E no décimo — que é o último — se trata das despesas destas rendas. E ao fim os cargos e comendas que provê, com o que se vê a grandeza do seu poder e estados, que Deus prospere e aumente»¹⁵.

Livro com uma temática mais variada do que o seu título indica, no entanto e apesar disso muito pouco se detém na história de Lisboa, que é precisamente dos aspectos menos tratados. Todavia, por outros numerosos informes sobre a Lisboa de seiscentos, constitui uma fonte da maior valia para o conhecimento da cidade de então.

De resto, a génese da obra, ligada intimamente — mais uma vez — à rivalidade de Lisboa e Sevilha, foi, segundo o seu autor, mostrar como a capital portuguesa suplantava a sua rival espanhola, não na sua história, mas nas «suas grandezas, diferenças de edifícios, ruas, casarios, e cerco de seus muros, e arrebaldes»¹⁶, o que explica o carácter descritivo e enaltecedor do texto.

*A Primeira Parte das Antiguidades da Mui Nobre Cidade de Lisboa, Império do Mundo e Princesa do Mar Oceano*¹⁷, de António Coelho Gasco, escrita entre 1623 e 1630, provavelmente na segunda metade de 1625¹⁸, é uma obra repassada de fantasia, aproveitando notícias de vários autores, entre os quais Frei Bernardo de Brito. Sem um mínimo de qualidade sob o ponto de vista historiográfico, tem ainda o defeito de ser confusamente apresentada.

Semelhante é o caso da *Fundação, Antiguidade e Grandezas da mui insigne cidade de Lisboa*, de Luís Marinho de Azevedo, publicada em 1652, e da qual só apareceu a primeira parte. Nela se traça o que pretende ser a história de Lisboa, desde os tempos mais remotos até à conquista da cidade em 1147. No prosseguimento da obra, viria então a história da Lisboa portuguesa. Nos capítulos segundo e terceiro do primeiro livro encontramos tratadas as «divisões das gentes, que houve antes e depois do Dilúvio Universal; e como o Patriarca Noé repartiu a povoação do Mundo entre seus filhos e descendentes» e «Dos filhos que Javam teve, em que terras povoaram, e qual coube a Elisa, seu primogénito; prova-se que fundou Lisboa, e lhe pôs seu nome».

Evidente é, termos aqui, transposto para o plano lisiponense, o que Frei Bernardo de Brito fizera a nível nacional.

Dá-nos uma pseudo-história que vai entroncar Lisboa nas épocas e sucessos mais remotos a que então se podia recorrer, tal como fizera o cronista alcobacense. No plano metodológico, adoptando as mais variadas fantasias de diversos autores, criando outras, aproveitando-se de alguns dados que hoje diríamos arqueológicos e epigráficos, procurando dar

uma importância desmedida a Lisboa, como se vê, por exemplo, pelo capítulo XII do livro primeiro — «De como os Turdetanos e Turdulos de toda a Espanha descendiam dos Velhos que habitavam os campos de Lisboa, e deles aprenderam letras e outras ciências» — ligando a sua evolução a quantas personalidades históricas ou míticas de relevo pôde, por tudo isto, Marinho de Azevedo mostra-se discípulo e seguidor fiel dos processos de Frei Bernardo de Brito.

O tema é, pois, a história de Lisboa, mas de tal modo traçada que não passa de delirante fantasia. Por isso, nem mesmo como fonte se pode considerar uma obra útil, pois pouco tem de aproveitável. Integra-se, sim, numa espécie de ficção de que Frei Bernardo de Brito foi entre nós o mentor e o mestre e que merecia ser estudada atentamente, para se ficar conhecendo o curioso tipo de mentalidade que a produziu.

Quanto à *História Eclesiástica da Igreja de Lisboa*, de D. Rodrigo da Cunha (a primeira parte foi publicada em 1642 e a segunda postumamente), basta atentar no subtítulo, *Vida e Acção de seus Prelados e Varões Eminentíssimos em Santidade que nela floresceram*, para ver que a finalidade biográfica é nota dominante. E o que há aí de histórico refere-se tão somente à igreja de Lisboa, que se procura descrever nas suas vicissitudes através dos tempos. Trata-se, pois, de uma história eclesiástica, como o título indica (e correctamente) e de nenhum modo da história de uma cidade.

A obra *História dos Mosteiros, Conventos e Casas Religiosas de Lisboa*, inédita até há pouco e escrita entre 1704 e 1708 por um jesuíta, talvez o P.^e Jerónimo de Castilho ¹⁹, é um trabalho mais descritivo do que de investigação histórica, embora inclua elementos com

esta índole. Acerca dela comentou o Dr. Durval Pires de Lima, que preparou e anotou a edição levada a cabo pela Câmara Municipal de Lisboa: «A descrição muito pormenorizada de alguns deles (edifícios religiosos) permite-nos visionar o que teriam sido antes do Terramoto de 1755 (...) Mas além do interesse artístico e monumental, os apontamentos sobre as ordens e comunidades, a narração das maravilhas que presidiram à sua instituição ou introdução em Portugal, as notícias por vezes desenvolvidas acerca de religiosos, fundadores e padroeiros, a reprodução de inscrições tumulares e lapidares hoje perdidas, dão a este inventário sacro, (...) grande importância»²⁰. Como se pode inferir das palavras do anotador, estamos em presença de uma excelente fonte para o estudo dos monumentos religiosos de Lisboa, com numerosos e importantes informes, mas não se trata propriamente de um estudo histórico.

Neste rápido conspecto de obras que vão desde o século XV aos inícios do século XVIII, em que Lisboa surge como incidência temática, verificamos que apenas em duas delas essa incidência corresponde ao objectivo de traçar a história da cidade. Na verdade, apenas António Coelho Gasco e Luís Marinho de Azevedo escreveram com o propósito de narrar as vicissitudes de Lisboa através dos tempos. Poderemos por isso considerá-los, contemporâneos como são, os fundadores da olisipografia? Parece-nos que não, porquanto a criação da olisipografia é a criação de um movimento historiográfico e tal não se constata na sua época. Da actividade de ambos não resultou esse movimento, nem mesmo se nos deparam casos isolados de outros autores que, colhendo neles

inspiração, empreendessem novos estudos sobre Lisboa.

QUEM FUNDOU A OLISIPOGRAFIA?

Poderemos considerar que foi Júlio de Castilho, o conhecidíssimo autor da tão consultada *Lisboa Antiga*, o fundador da olisipografia?

Em carta a Vítor Ribeiro, de 1916, afirmou Júlio de Castilho não ter tido o papel que o seu correspondente lhe atribuíra: «O cabouqueiro da *Lisboa Antiga* (...) é um operário, nada mais; consciencioso decerto, mas de mesquinhas forças para a grande obra. Além disso, não teve a influência, que (...) se lhe atribui sobre os estudos arqueológicos olisiponenses; ele não é um chefe ou um guia; e foi sempre um seguidor dos seus predecessores. Entre todos eles é justo mencionar o bom e honrado Vilhena Barbosa. Esse sim; esse arrastou consigo uma corte cerrada de trabalhadores e indagadores incansáveis. Não se calcula a influência simpática do *Arquivo Pitoresco*»²¹.

Todavia parece-nos não se poder atribuir a Vilhena Barbosa, nem ao *Arquivo Pitoresco*, o relevante papel que Júlio de Castilho lhes confere, num elegante gesto de modéstia, que falseia as situações.

Vilhena Barbosa publicou no *Arquivo Pitoresco* numerosos escritos de variada temática. Se atentarmos, por exemplo, no volume quinto, encontramos artigos

sobre o rio Douro, sobre um trecho paisagístico nas suas margens — a Pedra Salgada — e ainda acerca de Vizela; aparecem-nos breves biografias do 2.º conde de Miranda e do arcebispo D. Diogo de Sousa, isto a propósito dos seus túmulos, reproduzidos em gravuras; trata de episódios históricos, como as dissensões entre D. Dinis e seu filho D. Afonso, ou o caso de Inês de Castro e D. Pedro; evoca edifícios históricos como os da Câmara e do convento das Carmelitas, de Guimarães, do quartel de cavalaria chamado dos Castelos em Évora, interessa-se também por construções modernas, como, por exemplo, o teatro de S. Geraldo, em Braga; traça a história da Quinta de Belas e até aborda aspectos etnográficos, ao descrever os costumes populares do Minho. Neste enquadramento, encontram-se diversos artigos de temática olisiponense: Palácios das Necessidades, Ajuda e Belém, Convento da Madre de Deus, os Arcos de S. Paulo e do Marquês do Alegrete, a Rua do Alecrim e até a porta denominada de Martim Moniz. Deu-nos ainda, em sucessivos números, um roteiro de Lisboa, descrevendo sucintamente monumentos e antiguidades. E não é fundamentalmente diferente a panorâmica da sua colaboração nos outros volumes.

Não era Vilhena Barbosa propriamente um investigador histórico, mas antes um divulgador cujo espírito não estava especialmente voltado para Lisboa. É de notar que procura dar-nos descrições e breves resenhas históricas de edifícios de Lisboa assim como de outros situados em diversos pontos do País, e até de uma simples porta — como a de Martim Moniz — notável apenas pelo lendário a ela ligado. Esta feição dos seus trabalhos deriva, parece-nos, da orientação

dada ao *Arquivo Pitoresco*, que logo se explicita no seu subtítulo — *Semanário Ilustrado* — e assim exposta no artigo de introdução ao primeiro número:

«... o Arquivo procura fomentar a nossa gravura em madeira, dar relevo à palavra, e a abrir campo em que as vistas curiosas espaireçam, sobre as criações da arte, da natureza ou da fantasia.

Para o conseguir, há-de ir à natureza de Portugal, das suas ilhas, das suas possessões, e do seu irmão Brasil, copiar os quadros que são dignos de contemplação, e que extasiam os sentimentos com a sua majestade.

A cada monumento perguntará a sua história, a cada geração os seus costumes, a cada século a sua civilização.

Pena e buril dar-se-ão mãos neste cometimento patriótico»²².

E, na verdade, os artigos de Vilhena Barbosa dão-nos breves descrições de edifícios, de antiguidades ou locais, acompanhadas de resenhas históricas, igualmente breves, tudo isto com um carácter de vulgarização notório. Como disse Gabriel Pereira, embora com certo exagero apreciativo, ele foi «um excelente vulgarizador»²³.

Além de breves, as resenhas históricas denunciam uma investigação ligeira. Nota-se a quase total ausência da indicação das fontes utilizadas e um reduzido espírito crítico, que leva o autor ao ponto de, quando escreve sobre a quinta de Belas, narrar seriamente o beija-mão ao cadáver de Inês de Castro, morta havia já tanto tempo. Comto disse J. M. da Silva Marques, Vilhena Barbosa «com a sua habitual ausência de senso crítico aceita lendas e fantasias como sucessos

averiguados e provados»²⁴. Aceita mesmo a lenda de Martim Moniz, anotando somente que «é ponto de dúvida para algumas pessoas estudiosas» se a porta onde Martim Moniz teria sido morto, era aquela ou outra do lado leste²⁵. E isto foi escrito e publicado em 1862, quando em 1846 Herculano já apresentara fundamentados argumentos contra a lenda, embora tenha, ao que se nos afigura, equacionado o problema de uma forma que não nos parece inteiramente aceitável²⁶.

Disse Leite de Vasconcelos que Vilhena Barbosa «nunca passou de ser chocho»²⁷ e parece-nos que o juízo, embora expresso de forma algo pitoresca, é justo.

Consideradas as características apontadas, é evidente que não podemos elevar Vilhena Barbosa a criador e fundador da olisipografia. Além disso, e muito significativamente, embora Júlio de Castilho, por modéstia, lhe atribua o lugar que a ele próprio pertence, a obra deste historiador sobre Lisboa não se filia nem se liga, na origem, aos trabalhos de Vilhena Barbosa.

O próprio Júlio de Castilho nos revela como nasceu o seu primeiro estudo de história de Lisboa: «Desejando estudar o sítio em que nasceu a 26 de Janeiro de 1800 o poeta» — que ia biografar, isto é, António Feliciano de Castilho — «começou (ele, Júlio de Castilho) a percorrer a *Crónica da Companhia* por Baltasar Teles²⁸; saiu-lhe um capítulo, que se acrescentou com três ou quatro mais. Vendo que esse ponto acessório ia alastrando demasiado, deu-lhe toda a largueza, e escreveu um volume»²⁹. Noutra local diz-nos, sobre o mesmo assunto: «Procedia em 1878 o

autor deste livro (*Lisboa Antiga — Bairros Orientais*) a minuciosas buscas a respeito de um prédio ali a S. Pedro de Alcântara. O inevitável desenvolvimento que tomavam as buscas, a soma de inesperadas notícias desentranhadas nos documentos, fundiram um volume, que era a história do Bairro Alto»³⁰, história essa que publicou sob o título de *Lisboa Antiga — Bairro Alto*, em 1879. E confessa ainda Júlio de Castilho: «Tendo tomado o gosto a este género de pesquisas históricas e artísticas no alcantilhado terreno da crónica lisbonense, continuou o autor os seus estudos, tanto nos livros impressos como nos tomboos manuscritos das bibliotecas, tanto nos registos das paróquias como no veio riquíssimo da tradição»³¹.

Esta a origem da *Lisboa Antiga — Bairro Alto* e depois da *Ribeira de Lisboa* e da *Lisboa Antiga — Bairros Orientais*. Não tiveram pois Vilhena Barbosa, nem o *Arquivo Pitoresco*, a menor influência no aparecimento dos estudos de Júlio de Castilho respeitantes à história de Lisboa, o que seria estranho se aqueles representassem os primórdios da olisipografia.

Parece-nos, pois, que temos de considerar Júlio de Castilho, ele sim, como o criador e o pioneiro da olisipografia, e como inteiramente justo o que afirmou Matos Sequeira a seu respeito: «Júlio de Castilho abriu, na parede mestra do indiferentismo nacional, esse largo vão por onde os curiosos, pela primeira vez, espreitaram o passado da nossa cidade, até aí apenas entrevisto nas prosas de Herculano, de Vilhena Barbosa, de Silva Túlio e de poucos mais. Cabe-lhe essa honra e essa glória.»³²

Decorridos muitos anos, Matos Sequeira reafirmava o direito de Júlio de Castilho a ser considerado o criador da olisipografia, pois «a sua obra de cabouqueiro iluminado, de investigador de apurada visão, de cronista de rara sensibilidade, não pode diminuir-se com o acertar uma data ou com o desmoronar de uma conjectura. Ele foi o pioneiro de tais estudos, o desbravador de matos cerrados, e o primeiro, portanto, a sofrer os efeitos do seu próprio deslumbramento, e das miragens enganadoras entrevistas através do clarão que o atingia. Os que o seguiram, achado aberto o caminho tão custosamente desbravado...»³³

Na mesma linha, também Vítor Ribeiro diria que a obra de Júlio de Castilho «foi a base dos estudos da vida retrospectiva da velha Lisboa»³⁴.

JÚLIO DE CASTILHO

Encontramos em Júlio de Castilho um estudo sistemático e profundo da história de Lisboa, e em diversos dos seus aspectos, desde os monumentos aos vultos ligados mais intimamente à vida lisboeta, desde os acontecimentos da sua vida social à evolução das instituições, constituindo «a fonte mais valiosa para o conhecimento da história política, social, arqueológica, toponímica e cultural da cidade de Lisboa»³⁵, no parecer do Prof. Doutor Veríssimo Serrão; um «enorme repositório de informes», no entender do Prof. Doutor Oliveira Marques³⁶. Ao longo desse estudo, como disse o próprio Júlio de Castilho dirigindo-se ao leitor de uma das suas produções olisiponenses, «vais a um tempo devassar os paços dos Reis, as moradas dos nobres, os templos cristãos, semi-igrejas, semi-fortalezas, os albergues dos mecânicos, o bulício das Escolas Gerais, o tráfego marcial e cidadão das ruas e praças»³⁷.

Na sua obra há uma pesquisa laboriosa, uma crítica das fontes, das posições; e interpretações anteriormente tomadas por outros historiadores. E se Júlio de Castilho pouco recorreu a fontes manuscritas, se não desenterrou do esquecimento avultado conjunto

de velhos documentos, jazendo na Torre do Tombo, no Arquivo Municipal ou nos cartórios de igrejas e instituições lisiponenses, apresenta, em contrapartida, um bom aproveitamento e uma ampla exploração das fontes impressas, incluindo os testemunhos de visitantes estrangeiros, cuja valia comentou com acerto crítico, como recentemente foi salientado ³⁸. E assim ergueu essa obra que, decorrido quase um século, continua ainda válida na sua maior parte, pois é com proveito que a lemos ou consultamos, para elaborar os mais diversos estudos.

Disse-nos Júlio de Castilho que iniciou em 1878 as suas investigações sobre a história de Lisboa e que no ano seguinte saiu dos prelos o seu primeiro livro, resultado dessas investigações. Esta data indica-nos como a sua obra, e portanto a lisipografia, surgiram bem dentro da historiografia portuguesa que se vai desenvolver graças ao impulso e ao exemplo de Alexandre Herculano, o qual, segundo Menéndez y Pelayo, «ha creado, digámoslo así, la historia portuguesa» ³⁹, pois *As Cartas sobre a História de Portugal* datam de 1842 e é de 1846 o primeiro tomo da *História de Portugal*.

Mas mais significativo do que esta cronologia é o facto de Herculano e a sua obra estarem bem presentes no espírito de Júlio de Castilho quando escreveu a sua *Lisboa Antiga*. Rerefe-se-lhe como o «nosso sempre citado Herculano» ⁴⁰, e mostra-se seu discípulo, em especial quando aborda temas que Herculano já havia tratado. Confessa-o ao estudar a tomada de Lisboa em 1147: «Quanto a este livro» — a *Lisboa Antiga — Bairros Orientais* — «tenho a certeza de que o grande Herculano, se pudesse ouvir-me não levaria a mal,

antes aplaudiria a liberdade que tomei; sinto que é mais um preito no seu indiscutível merecimento. De mais a mais: isto não é em mim pelear com um morto. Herculano não morreu; para a admiração está vivo em todos os cultores de letras; para a veneração está vivo em todos os portugueses»⁴¹.

Estas palavras, mais do que os motivos de ordem cronológica apontados, revelam bem quanto os estudos de Júlio de Castilho e a olisipografia, que eles iniciam, surgem fortemente influenciados pela obra, pela metodologia, pela lição que nos legou o autor da *História da origem e estabelecimento da Inquisição em Portugal*. Essa presença, aliás, continuaria mais ou menos visível, mais ou menos explícita, a registar-se na olisipografia, como o testemunhou, por exemplo, Augusto Vieira da Silva, um dos seus mais eminentes vultos. Ao agradecer a medalha de ouro de mérito municipal que a Câmara Municipal de Lisboa lhe concedeu em 1934, logo após breves palavras introdutórias, afirmou: «Não tenho outro merecimento mais do que ser obscuro continuador de nomes ilustres que me precederam nestes estudos, e que, no século passado, tiveram por iniciador o grande mestre que foi Alexandre Herculano»⁴².

Embora Júlio de Castilho nos tenha legado uma obra vasta, os seus estudos olisiponenses fundamentais são três somente, todos eles, porém, obras amplas: *Lisboa Antiga — Bairro Alto*, *Lisboa Antiga — Bairros Orientais* e a *Ribeira de Lisboa*, Reescritos e republicados posteriormente, devem ser lidos nas reedições da Câmara Municipal de Lisboa, por conterem as correcções e aditamentos dos exemplares do autor e valiosas anotações dos olisipógrafos que prepararam

essas reedições, respectivamente Matos Sequeira, A. Vieira da Silva e Pastor de Macedo. Na *Lisboa Antiga — Bairros Orientais* foi ainda inserido um estudo do arquitecto António Couto intitulado *Justificação da época da construção da Sé* (vol. V). Destas obras, incluindo as anotações, foi elaborado um minucioso *Índice* pelo Dr. Francisco Santana, publicado em 1974 pela C. M. L.

Na *Lisboa Antiga — Bairro Alto* apresenta-nos Júlio de Castilho a história desse bairro, estudando com minúcia as suas casas, palácios, igrejas, instituições, os seus moradores e ocorrências aí verificadas.

Na *Ribeira de Lisboa*, a incidência já não é a história de um bairro, mas a de toda a faixa marginal da cidade, desde a Cruz da Pedra até Santos, antecedida de um conspecto da marinha portuguesa — em nosso entender é uma excrescência que desequilibra a obra — e seguida de ampla resenha dos sucessivos projectos e tentativas de construção do porto de Lisboa.

A *Lisboa Antiga — Bairros Orientais* é a mais vasta e mais complexa das três obras que constituem a produção olisipográfica de Júlio de Castilho. Inicia-se pela história da evolução de Lisboa desde os recuados tempos pré-históricos, descrevendo a cidade romana, germânica e muçulmana. Estuda com minúcia o cerco de 1147, traça a genealogia das famílias de alguns dos intervenientes que mais se notabilizaram, analisa os forais concedidos a Lisboa, e só depois começa a traçar a história da parte oriental e de zonas centrais da cidade, como, por exemplo, o Rossio, o Passeio Público e os Mártires, seguindo a metodologia das obras anteriormente referidas. Conclui o estudo com uma evocação da vida cortesã nos Paços Reais de Portugal, de novo uma excrescência, ao que se nos afigura.

São livros com notáveis méritos historiográficos e também literários, e dessa feliz conjugação resultam os quadros de evocação e de recriação que Fernandes Costa assinalou como um dos atributos mais relevantes de Júlio de Castilho: «para seu gosto e nosso proveito (foi) um dos maiores obreiros, que as nossas letras têm de contar nesse género de reconstituições; e ainda ninguém, entre nós, as fez com maior competência, com mais paciente e incansável perseverança, com mais funda penetração de vistas e com resultados maiores»⁴³.

Mas, muito principalmente, há a considerar que, tendo sido um pioneiro, Júlio de Castilho traçou uma obra que continua válida na sua maior parte, dando-nos múltiplos informes sobre a história de Lisboa, os seus edifícios, gentes e instituições. Escrita há já tão dilatadas décadas, continua a ser útil ao investigador, continua a ser uma leitura, não apenas agradável, mas positivamente instrutiva para os curiosos do passado.

OS TRÊS PRIMEIROS DISCÍPULOS
DE CASTILHO: GOMES DE BRITO
FREIRE DE OLIVEIRA E TINOP

No parecer do olisipógrafo Luís Pastor de Macedo, «são três os primeiros discípulos de Castilho: Gomes de Brito, que na olisipografia foi o criador dos estudos toponímicos; Eduardo Freire de Oliveira, que nas notas com que acompanha a documentação municipal estampada em dezassete volumes, deixa claramente transparecer nalguns pontos a influência e o aproveitamento dos estudos do Mestre; e João Pinto de Carvalho que usou o anagrama de Tinop»⁴⁴.

Gomes de Brito, além de alguns trabalhos menores, é autor de um livro de «doutas crónicas sobre variados aspectos de Lisboa»⁴⁵ intitulado *Lisboa do passado, Lisboa dos nossos dias*. Mas o seu mais conhecido trabalho intitula-se *Ruas de Lisboa*, publicado postumamente por António Baião.

Impossível é deixar de assinalar alguns factores que condicionaram essa edição póstuma, aliás referidos por Pastor de Macedo, e em virtude dos quais «não pode ser considerada no seu todo como uma obra de Gomes de Brito, mas sim como o agrupamento de artigos por ele publicados na imprensa do seu tempo e

de estudos inseridos na *Revista de Educação e Ensino*, uns e outros intercalados por alguns estudos inéditos de inegável valor, e, sobretudo, como o agrupamento de verbetes de referência e de simples apontamentos que o autor foi colhendo pela sua vida adiante para serem aproveitados na oportunidade que melhor lhe conviesse. (...) Ora foi precisamente o aproveitamento destes apontamentos para estudo e destes verbetes de referência, que fez com que, em lugar de uma obra à altura do nome que a subscreve, saísse à luz do dia uma obra feita de bocadinhos, muitos ajustando-se mal com os vizinhos, bastantes a contradizerem-se»⁴⁶.

A pertinência da crítica não invalida, porém, o «inegável valor» dos estudos de Gomes de Brito revelados em *Ruas de Lisboa*, nem o mérito de, reunindo artigos dispersos por jornais e revistas, esta obra constituir um núcleo denso e prestimoso de informação olisipográfica.

Quanto a Eduardo Freire de Oliveira⁴⁷, autor dos *Elementos para a história do Município de Lisboa*, se nas suas anotações aos documentos do Arquivo Municipal mostra a influência de Júlio de Castilho, avulta na olisipografia como quem, num enorme e meritório esforço, iniciou a publicação em grande escala de fontes para a história de Lisboa.

A consciência da necessidade de ser divulgada a parte mais importante da documentação conservada no Arquivo Municipal de há muito se fazia sentir, e daí as tentativas empreendidas já com esse objectivo. Assim, nos *Anais do Município de Lisboa*, aparecidos de 1856 a 1859, foram publicados vários e importantes documentos para a história da cidade, desde o foral

afonsino de 1179 até várias consultas seiscentistas do Senado. Aí encontramos, entre outros, documentos exarando vários privilégios e mercês que D. João I fez a Lisboa, uma relação dos canos existentes na cidade entre 1574 e 1578, aproximadamente, e uma postura sobre o preço dos transportes entre a cidade e Almada ⁴⁸. Em 1860 começou a publicação de um outro periódico, o *Arquivo Municipal de Lisboa*, o qual se editou até 1885. Na introdução publicada no n.º 1, na primeira página, lê-se: «O Jornal reproduzirá, além disso, todos os documentos de antiguidade do Município, que forem encontrados, e que possam interessar à ciência, ou à curiosidade pública.» Este programa cumpriu-se, porquanto são numerosos os documentos históricos que encontramos nas suas páginas. Vemos aí publicadas cartas régias, regimentos, como o do Terreiro do Trigo de 1530, assentos do Senado, documentos sobre procissões, etc. ⁴⁹. Em 1869, o *Arquivo* mudou de aspecto, iniciando-se uma nova série. No entanto, logo no primeiro número encontramos transcrita uma longa carta de D. Duarte e as taxas postas pela Câmara ao pão, carne, caça, leite, mel e sal, em 1553 ⁵⁰.

A publicação da gigantesca colectânea documental de Freire de Oliveira teve origem na proposta apresentada pelo vereador Manuel José Andrade na sessão do Município de Lisboa de 14 de Agosto de 1882 e aprovada pela vereação, segundo a qual, para comemorar o primeiro centenário da morte do Marquês de Pombal, a Câmara deveria mandar imprimir a obra intitulada *Elementos para a história do Município de Lisboa* do oficial arquivista Eduardo Freire de Oliveira ⁵¹. Datado desse ano de 1882 no rosto, mas de 1885 na

capa, publicou-se o primeiro volume, tendo aparecido em 1911 o último, o décimo sétimo.

O valor deste trabalho como fonte histórica foi acentuado com entusiasmo por Júlio de Castilho, em carta dirigida ao seu autor «Eu por mim fico-lhe devedor de muita notícia que tenciono aproveitar na minha obra *Lisboa Antiga*, em via de publicação, e desde já lhe peço licença para colocar o nome de V. junto aos nomes dos meus melhores, mais autênticos, e mais ilustres informadores histórico-literários»⁵². De notar que isto foi escrito em carta de 24 de Março de 1884 e, pelo seu contexto, verificamos reportar-se Júlio de Castilho apenas a parte do primeiro volume dos *Elementos*, ainda não publicado inteiramente. Decorridos bastantes anos, em 1916, na *Lisboa Antiga — Bairros Orientais*, o fundador da olisipografia referia-se a Freire de Oliveira nestes termos: «um investigador moderníssimo, a quem, mais que ninguém, ficou devendo serviços incalculáveis a crónica lisbonense»⁵³. Tal foi logo reconhecido: «Alcança já o seu nono volume esta riquíssima coordenação dos importantes documentos do Arquivo Municipal de Lisboa, muito lucidamente agrupados e comentados com raro critério, pelo erudito arquivista sr. Freire de Oliveira, que neste seu trabalho tem uma bela obra, cuja publicação honra em extremo a Câmara Municipal e o país, porque nos nove volumes aparecidos se encontram centenas de documentos interessantíssimos, não só para a história da capital como para a nação inteira», escreveu-se no *Ocidente* de 1898^{53a}.

A orientação que presidiu ao trabalho expô-la o seu autor nas palavras proemiais ao primeiro volume dos *Elementos*: «O desejo de ser útil suscitou-nos a ideia de

tornar conhecida a legislação da Câmara de Lisboa, e os diplomas dos seus privilégios e foros, concedidos não como simples graças régias, mas como remuneração dos relevantes serviços que sempre tem prestado à administração-geral do estado. Possuído deste pensamento (...), tentámos o trabalho de sumariar e agrupar, obedecendo a um determinado princípio, todos os documentos importantes e curiosos que temos compulsado no precioso arquivo da cidade, e que até agora andavam muito dispersos, e mesmo ignorados»⁵⁴.

A planificação inicial da obra seria a seguinte: «Na sua primeira parte, de sumários e índices, mais ou menos desenvolvidos, e classificados cronologicamente sobre a organização e regime da Câmara, legislação, forais, arestos de cortes, rendas, privilégios, outros diplomas e factos notáveis, acompanhando-os daqueles esclarecimentos que nos pareceram necessários para a sua melhor inteligência, concluindo por uma notícia circunstanciada das vereações que tem tido a Câmara de Lisboa, desde os mais remotos tempos da Monarquia até à actualidade (1321 a 1882). A segunda parte consta igualmente de sumários e índices de leis, decretos, posturas gerais ou municipais, regulamentos, editais, deliberações, e em geral, de todos os documentos classificados pelo mesmo modo, e conforme a natureza dos diversos ramos de serviço ou pelouros»⁵⁵.

A concretização destes projectos e desta planificação encontra-se estampada no índice do primeiro volume: I — Origem da Câmara de Lisboa — sua organização, atribuições e denominação — forma da eleição — procuradores dos mesteres — vencimentos e propinas do presidente, vereadores e procuradores da cidade —

divisão da cidade — legislação administrativa; II — Forais de Lisboa; III — Regimentos dos vereadores e procuradores da cidade, e diversas disposições regulamentares que tem tido a Câmara de Lisboa; IV — Divisa da cidade; V — Cores da cidade; VI — Estandarte ou bandeira da cidade; VII — Cerimonial da entrega das chaves da cidade; VIII — Doações; IX — Capítulos de cortes; X — Rendas antigas: licenças, cestaria, barcas e tragamalho, variagem, ver o peso, terreiro, marco dos navios, real de água e realete, carros, propriedades e foros, alqueidão, chancelaria da cidade, mealharia, almotaçaria, coimas do termo e donativo; XI — Portagem; XII — Factos notáveis e faustos da Câmara, seus privilégios, preeminências, jurisdições, prerrogativas, graças, mercês e honras que lhe foram conferidas». A matéria deste capítulo é, evidentemente, muito vasta, e por isso ele foi continuado, sem quaisquer subdivisões, até ao volume décimo sétimo, ou seja, até ao final de tudo quanto Freire de Oliveira publicou!

Muita documentação foi sumariada por Freire de Oliveira na sequência de numerosíssimas notas. Uma prestam esclarecimentos, outras informação complementar, por vezes traduzida pela publicação de mais documentação respeitante ao mesmo assunto. Assim, e por exemplo, em nota ao assento da vereação de 12 de Agosto de 1650, transcrito do *Livro IV de Assentos do Senado*, que manda proceder contra as «pessoas que vendem por mais do que as taxas, depois de as ditas taxas se reformarem e emendarem, como está ordenado e mandado por haver muitos anos que se não fizeram e reformaram», transcreve Freire de Oliveira as taxas fixadas em 1611, segundo o *Livro das*

posturas reformadas, ocupando essa nota quase inteiramente 19 páginas! ⁵⁶ E não faltam exemplos de situações semelhantes, com transcrições de vários documentos ⁵⁷. Outras anotações, como as respeitantes ao Paço da Ribeira ou à visita de Filipe II a Lisboa em 1619, constituem verdadeiros artigos, que, pelas suas dimensões, podiam ser publicados numa revista ⁵⁸.

Desta circunstância, do enorme número de documentos transcritos ou sumariados nos dezasseis volumes dos *Elementos*, da extensão temática do seu capítulo décimo segundo, que constitui quase toda a obra, resultou uma colectânea de consulta bastante difícil e morosa. Exemplo dos inconvenientes de tal é o facto de António Sérgio só ter podido aproveitar os *Elementos* quando lhe foi facultado um índice da obra ⁵⁹. Este grave óbice foi definitivamente ultrapassado pelo aparecimento do *Índice dos Elementos para a história do Município de Lisboa*, em dois grossos volumes, publicados pela Câmara Municipal de Lisboa em 1942 e 1943. Na recensão que lhe dedicou, disse o historiador Domingos Maurício: «Todos sabem que a melhor fonte impressa de informações sobre o passado da cidade de Lisboa são os *Elementos* (...). Infelizmente esse magnífico repositório era mina cega para a maior parte dos pesquisadores, por falta do respectivo índice.» ⁶⁰

Assim, podem hoje ser com facilidade aproveitados os *Elementos para a história do Município de Lisboa*, que, na opinião do Prof. Doutor José Augusto-França, contêm «dados do maior valor» ⁶¹ e dos quais afirmou o Prof. Doutor Oliveira Marques: «O alicerce documental de uma futura história da cidade terá de ser sempre constituído pelos 17 volumes dos *Elementos*.» ⁶²

É justo acrescentar que os *Elementos*, para lá do aproveitamento que decorre da sua incidência temática, constituem também importante fonte para a historiografia portuguesa, como o evidencia a sua frequente e larga utilização, nomeadamente por Fortunato de Almeida, na sua *História de Portugal*.

Pelas anotações que inserem, algumas delas assumindo a forma de pequenos estudos, pela selecção dos documentos coligidos, pela relação apresentada entre alguns desses mesmos documentos, por constituírem um trabalho basilar para os estudos sobre Lisboa, os *Elementos para a história do Município de Lisboa*, sendo embora uma colectânea documental, têm jus a serem considerados uma obra fundamental da olisipografia e, como tal, referidos, com relevância, neste breve estudo.

João Pinto de Carvalho, conhecido principalmente por Tinop, escreveu uma *Lisboa de outros tempos*, cujo primeiro volume, de 1898, é dedicado a figuras e cenas antigas, e o segundo, do ano seguinte, aos cafés. Devemos-lhe ainda uma *História do Fado*, contendo, como era de esperar, muitos elementos de temática olisiponense, e a *Lisboa de outrora*, com três volumes publicados postumamente pelos «Amigos de Lisboa».

Vítor Ribeiro disse de Tinop: «pinta-nos em estilo original e pitoresco os costumes e traços anedóticos dos séculos XVII, XVIII e XIX.»⁶³ Mais precisa e circunstanciada é a apreciação que da sua obra traçou Pastor de Macedo: «Tinop nunca quis ser um investigador de factos ou sucessos de primeira plana, mas de pormenores que isoladamente seriam sempre insignificantes. Até mesmo nas biografias que nos legou,

vê-se que se comprazia em desprezar ou pelo menos em não realçar, os grandes traços e em preferir os pequenos apontamentos, as minúcias de somenos valor. Mas a verdade é que destes apontamentos e daqueles pormenores, encavalitados ou encadeados uns nos outros, compôs primorosamente os vários quadros da vida alfacinha do século XIX e ergueu do túmulo os seus biografados por forma que até hoje ninguém o igualou. Tiveram as suas crónicas por timbre a frivolidade, a minudência anedótica e a beleza e a elegância do conceito, todos o sabem, mas não há dúvida que das telazinhas frívolas que assinou, dos casos amorosos que encantadoramente desfiou ao ouvido do leitor, das anedotas e casos picarescos que entre frouxos de riso e esboços de ironia nos contou a todos nós, sai a Lisboa da rua e dos salões, da alcova e dos camarins, dos duelos e dos escândalos que fizeram estremecer a Moral Pública, sai parte dessa adorável Lisboa que com ripanço se maneava do Passeio Público ao Jardim da Estrela e às hortas da circunvalação; dos terceiros andares da Baixa, às secretarias dos ministérios e ao famoso palatário da Praça dos Remolares. Este coleccionador de frivolidades emolduradas em frases de estética especial e de singular apuro, ocupa sem favor o primeiro lugar entre os cronistas da vida lisboeta do século passado. Tinop é só ele e a sua obra é só sua. Nela se encontram desenhados os costumes mais curiosos dos tempos dos nossos avós e as figuras que por qualquer circunstância tiveram relevo especial; nela também se narram os acontecimentos mundanos que ecoaram por vinte e quatro horas, pelo menos, nas veneráveis abóbadas da maledicência almiscarada do Chiado. As touradas de fidalgos, as batidas célebres e as

esperas de touros, assim como as brincadeiras do Entrudo daqueles tempos, as esplêndidas festas dos condes de Farrobo e de Carvalhal e os sumptuosos e delirantes bailes dos condes de Penafiel e dos marqueses de Viana, só naquelas páginas esmaltadas caprichosamente com adjectivos *de alto lá*, se podem devidamente apreciar. Agora é Bocage que se nos depara com o seu Nicola e o seu Pedro das Luminárias; depois é José Agostinho de Macedo, Garrett e o célebre António da Cunha Souto Mayor. A endiabrada e talentosa Emília Letroublon também não falta à chamada, assim com não faltam também o actor Santos Pitorra e as primeiras figuras do teatro lírico, o *Avô dos Janotas* e o excêntrico *cavalheiro* da Gama Machado, o Vimioso e a sua Severa. Quando veio o primeiro chapéu alto para Portugal? Como se tomava rapé em Lisboa? Como se faziam cair as óperas em S. Carlos? Folheie-se a obra de Tinop: está lá tudo. Estes que aqui encontramos agora são Júlio César Machado, Bulhão Pato, Ramalho Ortigão, Eça de Queirós e Pinheiro Chagas; aqueles o marquês de Niza, o que tanto deu que falar de si, Fontes Pereira de Melo — o D. Magnífico — Junot e os seus oficiais, Pina Manique e os seus *moscas* Espronceda e o general Prim. E a enumeração não acabaria tão depressa se fosse nosso propósito referirmo-nos neste momento a todas as figuras magistralmente biografadas ou anotadas por Tinop e a todos os sucessos e episódios por ele admiravelmente descritos»⁶⁴.

GUSTAVO DE MATOS SEQUEIRA

Quando Júlio de Castilho faleceu em 1919 já labutava nos campos da olisipografia um investigador que veio a ser um dos maiores estudiosos de Lisboa, depois do mestre e fundador deste ramo de história portuguesa: Gustavo de Matos Sequeira, que há mais de uma década se afirmara nesses domínios, com o trabalho publicado desde 1906 a 1909 n' *O Ocidente: A Velha Lisboa — (Memórias de um bairro)*.

Como continuador da tarefa do autor da *Lisboa Antiga* se nos apresenta. Assim, no prefácio de *O Carmo e a Trindade* revelou ser seu objectivo «continuar, neste campo de ruínas e de memórias as pesquisas iniciadas há meio século por mestre Júlio de Castilho»⁶⁵. E quem se debruçou sobre a sua obra atribui-lhe precisamente essa posição no quadro da olisipografia: «Confirmando a asserção de que a iniciativa do sr. Júlio de Castilho produzira discípulos, o sr. Matos Sequeira apresenta-se-nos, por todos os respeitos, quer pela veneração ao Mestre, quer pela orientação geral do trabalho, a um tempo leve, despretensioso e elucidativo, como um

verdadeiro prosseguidor da obra monumental daquele ilustre escritor.»⁶⁶

Mas a ligação entre os objectivos e empreendimentos dos dois escritores é tão íntima, que Júlio de Castilho teve-o como seu colaborador. Di-lo o próprio Júlio de Castilho na parte final do seu *Bairro Alto*:

«Chegámos, neste nosso acidentado passeio, os leitores e eu, diante da igreja de S. Mamede. Quando me dispunha à fadigosa tarefa de a estudar com a possível minúcia, já desanimado de concluir o encargo, tanto era então o descabro das minhas forças físicas, acudiu-me a Providência, e vou dizer como.

O sr. Gustavo de Sequeira, mancebo estudiosíssimo, para quem são verdadeiro encanto as pesquisas históricas e genealógicas, quis encarregar-se espontaneamente de me auxiliar, fazendo as necessárias buscas.

Em 16 de Agosto deste ano de 1903 teve a bondade de me entregar um precioso maço de apontamentos sobre S. Mamede, sua paróquia, pedindo-me lhes desse forma nova e os utilizasse no meu livro. O trabalho do sr. Gustavo de Sequeira, hoje meu amigo, era tão conscienciosamente feito, tão metódico, e tão exacto, que entendi reproduzi-lo textualmente. Aqui vai pois, como preito ao meu amável colaborador, e como ornamento à minha obra.»⁶⁷

Na vasta e dispersa obra olisiponense de Matos Sequeira, dois trabalhos, pela sua invulgar importância, avultam dentro de toda a olisipografia, surgindo-nos como dois monumentos de saber, de paciente e bem conduzida investigação: *Depois do Terramoto — Subsídios para a história dos bairros ocidentais de Lisboa*, em quatro volumes, e *O Carmo e a Trindade* em três volumes. O

subtítulo da primeira dessas obras indica o seu carácter de complementaridade em relação ao livro de Júlio de Castilho cujo subtítulo é *Bairros Orientais*, tanto mais que Matos Sequeira não se ocupa do Bairro Alto, já tratado pelo autor de *Lisboa Antiga*.

Depois do Terramoto é a história de uma vasta área da parte ocidental de Lisboa. A forma como Matos Sequeira a traça é muito semelhante à que Júlio de Castilho utilizou: dá, como este, um carácter de deambulação citadina às suas evocações históricas, tratando das igrejas, largos, palácios, monumentos, conventos, instituições, à medida que estes pudessem deparar-se a alguém percorrendo Lisboa, ou fossem trazidos à lembrança pela contemplação dos locais onde existiam outrora.

Também nas suas géneses o *Bairro Alto* e *Depois do Terramoto* coincidem. Já registámos a confissão de Júlio de Castilho de que o seu livro teve início nas «minuciosas buscas a respeito de um prédio», aquele em que seu pai nascera, o que o levou a estudar seguidamente o «sítio onde ele se erguera». Matos Sequeira, por seu lado, diz-nos: «Da minha casa natalícia sabia já que chegasse, e entrou a rua, à beira da qual ela se construira, a interessar-me de sua vez. Em seguida lancei-me a inculcar sobre a identidade do aforador de todos aqueles terrenos das cercanias; consultei depois duas ou três escrituras de prédios vizinhos, pedi informações às pessoas mais idosas do sítio e a pouco e pouco, sem mesmo dar por tal, fui alargando o campo da minha investigação até ao ponto de lhe traçar o limite que não deveria ultrapassar, sob pena de eternizar este trabalho»⁶⁸. Como se verifica, é flagrante o paralelismo

das géneses e dos processos de desenvolvimento da investigação.

Se, na estrutura, os estudos de Castilho e este livro de Matos Sequeira, assim como *O Carmo e a Trindade*, se assemelham, em contrapartida, divergem profundamente nas bases históricas, de que resultam, como é inevitável, diferenças muito sensíveis no aspecto histórico dos trabalhos. Matos Sequeira, para além de um amplo e sólido conhecimento da bibliografia impressa, incluindo artigos esquecidos em amarelecidas páginas de jornais, empreendeu uma profunda pesquisa arquivística. Na Torre do Tombo (em diversos dos seus núcleos: cartórios conventuais, Patriarcal, Ministério do Reino, Santo Ofício, Livraria, Inconfidência, Desembargo do Paço, Junta das Águas Livres, Colégio dos Nobres), nos «centenares de maços e de livros da Junta da Administração das Fábricas do Reino» e no Dicionário Geográfico, na Biblioteca Nacional, no Fundo Geral e na Pombalina, na Biblioteca da Ajuda, no Arquivo Municipal e nos do Tribunal de Contas e do Hospital de S. José, ou nos de igrejas e irmandades, recolheu uma informação vastíssima.

Assim, excelente e solidamente documentado, com um conhecimento directo dos locais e dos edifícios, pôde traçar uma história de parte da zona ocidental de Lisboa com uma profundidade, uma minúcia e também uma segurança que não são de modo algum frequentes⁶⁹. Milhares são as notícias que a sua obra insere sobre as mais variadas pessoas, assuntos, instituições. E algumas delas, bem como o tratamento que lhes dá, apresentam grande interesse histórico, ultrapassando mesmo o âmbito da olisipografia. As referências que faz às diferentes fábricas da zona estudada, interessam à

história de Lisboa, mas também à do industrialismo em Portugal; o que escreveu sobre a Fábrica do Rato é útil para a história da arte; as numerosas páginas sobre o Colégio dos Nobres, repletas de «minuciosas notícias» sobre esse estabelecimento de ensino, como disse o seu competente monografista, Dr. Rómulo de Carvalho ⁷⁰, são bem importantes para o conhecimento das reformas e do ideário pombalino no campo da pedagogia.

Em *Depois do Terremoto* encontramos a história de várias instituições monásticas, palácios e igrejas; aspectos da vida social relacionados com teatros, circos e feiras; grande número de pormenores sobre as vicissitudes, através dos séculos, do abastecimento de água a Lisboa e sobre a construção do Aqueduto das Águas Livres; elementos decisivos para o conhecimento da evolução urbana da zona ocidental da cidade e até das suas fortificações. Enfim, são tantos os aspectos da história de Lisboa acerca dos quais trazem achegas os quatro volumes que constituem *Depois do Terremoto*, que seria longo e fastidioso enumerá-las. Ser uma obra amplamente informativa é, aliás, a sua característica marcante e também o seu mais saliente factor valorativo.

O parecer da Academia das Ciências para a publicação de *Depois do Terremoto* é de 1914, e o último tomo, o quarto, data de 1933. Neste período, além de artigos em revistas e jornais, Matos Sequeira, que em 1924 Reinaldo dos Santos considerava «o nosso mais bem informado e mais vivo cronista da velha Lisboa» ⁷¹, publicou outros livros, entre os quais cumpre salientar, pelo seu interesse olisipográfico, o *Tempo passado (crónicas alfacinhas)*.

Colectânea de artigos em tom ligeiro, mas revelando sempre uma segura informação, neles se revivem, de forma sugestiva, diversos aspectos curiosos da história de Lisboa e das suas gentes. Como tantas vezes acontece, o interesse lisiponense é coexistente com o interesse por outros domínios. Assim, na Crónica que intitula *Domingos Leite Pereira — O Regicida*, o escritor não apenas reconstitui a malograda tentativa de regicídio contra D. João IV, que deveria ter tido lugar em Lisboa, no dia tão solenemente festivo do Corpo de Deus, mas faz ainda o cotejo dessa reconstituição com o romance de Camilo Castelo Branco *O Regicida*, pelo que, neste caso, a *crónica alfacinha* se reveste também de interesse para os estudos camilianos⁷².

Surgiu esta obra em 1924. No ano seguinte publicava Matos Sequeira a *Relação de vários casos notáveis e curiosos sucedidos em tempo na cidade de Lisboa e em outras terras de Portugal*, onde, como o título indica, se inserem várias crónicas de temática lisiponense. Bastos anos decorridos, mas ainda na mesma linha, publicava *A Nossa Lisboa*, em colaboração com o olisipógrafo Luís Pastor de Macedo. Aí reuniram os dois autores uma série de crónicas sugestivas, que se lêem com vivo interesse, e versando temas variados, desde algumas figuras pitorescas que ficaram na memória dos lisboetas, como as manas Perliquitetes, até importantes páginas de história lisiponense, como uma circunstanciada crónica, com laivos humorísticos, sobre o «terror» que a ditadura pombalina instaurou em Lisboa. Também aí se nos depara um capítulo integrado no âmbito dos estudos camilianos, este respeitante ao romance *A Caveira da Mártir*.

Em 1939 surgiu nas livrarias a segunda obra monumental de Matos Sequeira: *O Carmo e a Trindade*⁷³. A estrutura da obra, a sua metodologia, as bases heurísticas, são idênticas às que assinalámos para *Depois do Terremoto*: «Utilizam-se menos», diz Matos Sequeira no prefácio, aos livros impressos do que os manuscritos avulsos ou codificados, crente como estou, cada vez mais, de que os autores de obra feita, mormente os de seiscentos e setecentos, fonte aliás caudalosa de notícias, têm de ser cuidadosamente filtrados pelos dizeres da letra da pena. Velhos pergaminhos, papéis de cartórios e de arquivos, contratos vários, aforamentos, escambos, doações, róis, registos, memórias, relações, notas avulsas e dispersas sem intenção de contar, são o caudal informatório mais aproveitado nesta obra.»⁷⁴

Por tudo isto *O Carmo e a Trindade* assemelha-se a *Depois do Terremoto*. Difere na área focada e ainda no facto de aquela, por situada em parte bem antiga de Lisboa, ter obrigado a traçar a história de dezenas de ruas, «três, quatro vezes, transmutadas, pelas inclemências do tempo e dos homens, a história de uma centena de edifícios erguidos, derruídos e reconstruídos, a história de gente, coisas, episódios, cenas, quadros que se sucedem por sete séculos»⁷⁵, como o autor reconhece. Por isso, em vez de estudar, numa perspectiva puramente diacrónica, cada rua ou edifício, isto é, desde os primórdios da sua existência aos nossos dias, distribuiu esse estudo por três volumes, cada um deles correspondendo a um determinado período de tempo: 1218-1600, 1600-1755 e 1755 até à actualidade.

Além do estudo tão profundo destas duas áreas de Lisboa, de numerosíssimos artigos em jornais e revistas sobre os mais variados aspectos de Lisboa e da sua

história, Matos Sequeira deu ainda um amplo contributo para o conhecimento de uma manifestação de fundas conotações sociais e cidadinas: o teatro.

No volume *Teatro de outros tempos*, publicado em 1933, boa parte da obra trata de aspectos lisiponenses. Dos tão conhecidos pátios de comédias e do teatro de cordel ocupou-se também numa conferência da série que o jornal *O Século* promoveu sobre a evolução e o espírito do teatro português ⁷⁶. E dedicou ainda a sua atenção, em breve artigo, a teatros de Lisboa desaparecidos ⁷⁷. Mas são de registar, com especial relevo, os dois volumes, tão abundantemente documentados e tão minuciosos, de *A História do Teatro D. Maria II*, aparecidos em 1955, volumes que constituem um dos mais sólidos subsídios não apenas para a história do teatro em Lisboa, mas em Portugal.

Não podemos esquecer que toda esta obra, que lhe dá jus à qualificação de «historiador lisiponense sem rival no nosso tempo» ⁷⁸, no dizer de Reinaldo dos Santos, foi escrita por quem tinha afazeres profissionais diferentes, que poucos ou nenhuns auxílios deve ter recebido, como, por exemplo, bolsas de estudo. Escreveu-a, quase toda ela, pelo amor de desvendar o passado de Lisboa, nas suas tão variadas e ricas facetas. E nem sempre teria sido devidamente compreendido, como o revela o seu desabafo ao final de *Depois do Terremoto*: «Acabam-se aqui os meus apontamentos respeitantes a esta parte da cidade. Muito ficou por dizer, muitíssimo mesmo. Pontos há que ficaram imperfeitamente tratados, mas a indiferença e estranheza de uns, a desdenhosa superioridade de outros e as insuperáveis peias da falta de tempo disponível para estas extravagâncias

arqueológicas, obstaram a que completasse, nas poucas vezes em que tal imperfeição não provinha da incompetência própria»⁷⁹. Triste confissão que encerra admirável lição de modéstia.

Não se deve ainda deixar de referir que não foi só nas páginas de livros, revistas e jornais, pela palavra, que Matos Sequeira fez ressurgir Lisboa. Recordemos ter sido ele o responsável pela reconstituição de um mercado seiscentista, em 1926, no Largo de S. Domingos, e, em 1935, de uma Lisboa Antiga, no jardim junto do Palácio de S. Bento, onde se erguera o Convento das Francesinhas. E foi ele também o director da Casa de Santo António⁸⁰ na Exposição do Mundo Português, em 1940, e quem dirigiu e orientou, do ponto de vista histórico, a grande maquete de Lisboa antes do terremoto de 1755, desde a ribeira de Alcântara até Santa Apolónia, executada pelo artista modelador Ticiano Violante.

AUGUSTO VIEIRA DA SILVA

Augusto Vieira da Silva publicou em 1898 o seu primeiro trabalho de índole lisiponense. Ele próprio nos conta a gênese de boa parte da sua obra neste domínio — aquele que essencialmente cultivou — ao prefaciá-la a segunda edição de *O Castelo de S. Jorge*, aparecida em 1937. Verifica-se pelas suas palavras que, tal como sucedera com Gustavo de Matos Sequeira, o interesse pelas coisas de Lisboa foi-lhe despertado pelos escritos de Júlio de Castilho: «Quando, após a conclusão do meu curso (Engenharia Militar), em 1893, iam aparecendo os sucessivos volumes da *Lisboa Antiga*, do sempre saudoso mestre visconde de Castilho, eu ia-os lendo avidamente, e deleitando-me com o conhecimento do que havia sido a nossa capital, tão brilhantemente exposto, e tão encantadoramente evocado. Foi assim que nasceu e se afervorou o meu interesse e a minha paixão pela cidade que foi meu berço.

Acostumado, porém, às ciências exactas, e ao manejo da régua e do compasso, deixava-me muitas vezes a leitura de Castilho uma noção vaga e imprecisa sobre os locais e edifícios que ele tratava.

O autor conhecia-os bem, mas o leitor tinha de fazer trabalhos complementares de pesquisa, para bem os localizar e os definir nos mapas de Lisboa. Foi assim que me nasceu a ideia de, na minha qualidade de engenheiro militar, aprofundar o estudo das fortificações de Lisboa na Idade Média, marcando o seu traçado no mapa de Lisboa, pesquisando os seus vestígios, para conhecer a sua estrutura e outras disposições que interessassem à história especial da cidade, e à geral do País.

Tentei por isso a primeira parte do programa que me havia imposto, a descrição e história de *O Castelo de S. Jorge* (1898), que teve o bom acolhimento do meu saudoso camarada e chefe, o coronel de engenharia António Augusto Duval Teles, presidente da comissão da *Revista de Engenharia Militar*, onde ele determinou que fosse publicada.

A esta seguiram-se outras monografias sobre as obras da defesa de Lisboa: *A Cerca Moura de Lisboa* (1899; *As Muralhas da Ribeira de Lisboa* (1900) (uma das quais muralhas foi obra do rei D. Dinis), e ficou por completar e publicar o estudo sobre a *Cerca Nova de Lisboa* mandada construir por D. Fernando I, em vista de ter cessado a publicação da mencionada *Revista*.

Mais tarde, a pedido de um dos redactores da revista *Os Serões*, elaborei um novo artigo sobre o Castelo de S. Jorge, que foi publicado nos números de Novembro e Dezembro de 1908»⁸¹.

Um largo hiato se vai abrir, até que circunstâncias explicitadas pelo próprio Vieira da Silva o levam a retomar esses trabalhos, refundindo-os, ampliando-os, completando-os.

«Nestes últimos anos, desde que o Sr. Luís Pastor de Macedo, um admirador das belezas de Lisboa, e já autor de estudos arqueológicos da cidade criou na Câmara Municipal em 1933 uma secção de serviços culturais, destinada especialmente a propagar o gosto pelas coisas citadinas, este intuito foi completamente atingido, e o apreço pelos objectos e estudos olisiponenses tem-se desenvolvido consideravelmente, sendo numerosos os trabalhos que ultimamente se hão publicado sobre a nossa capital.

Devido a estes factos, isto é, ao desejo generalizado do melhor conhecimento da cidade, da sua história e da sua arqueologia, mais do que ao merecimento dos estudos que publiquei, a procura dos meus trabalhos sobre Lisboa vem aumentando, e várias sugestões me têm sido feitas para a sua reedição.

A Empresa Nacional de Publicidade gentilmente se ofereceu para fazer esse trabalho, e como desde a primeira edição eu tenho reunido muitos mais apontamentos, que completam ou corrigem algumas ideias que primeiro havia dado à publicidade, e porque também considero um dever o proporcionar ao público, que por estes assuntos se interessa, elementos de estudo e muitos mais dados que com dificuldade poderia reunir, aceitei a proposta da referida Empresa»⁸².

Assim, depois da segunda edição do volume consagrado ao Castelo de S. Jorge, surgem em 1939 e 1940 as segundas edições de *A Cerca Moura de Lisboa — Estudo histórico e descritivo* e *As Muralhas da Ribeira de Lisboa*. Finalmente em 1948 e 1949 publicaram-se os dois volumes de *A Cerca Fernandim de Lisboa*. Exceptuando a primeira obra mencionada, todas as

restantes foram editadas pela Câmara Municipal de Lisboa.

Estes trabalhos têm por objecto, no primeiro caso, uma fortificação formando um recinto fechado, de reduzida área; linhas de muralhas, nos restantes três. No primeiro caso, uma fortificação da qual restava uma parte considerável; breves lanços de muralha apenas, no caso das cercas moura e fernandina; vestígios totalmente desaparecidos no que se refere às muralhas da Ribeira. Estas diferenças imprimiram aos respectivos estudos diferenças consideráveis.

Reconstituir o Castelo de S. Jorge foi uma tarefa que se baseou fundamentalmente no exame do que restava das suas muralhas e torres. Os problemas e dúvidas que surgiram foram, relativamente aos outros trabalhos, reduzidos. Por isso essa reconstituição exigiu apenas umas escassas dezenas de páginas, ocupando Vieira da Silva a parte restante do volume com a história do castelo e a do Paço da Alcáçova. Virá aliás, posteriormente, em breves sínteses, a retomar a descrição e a história do Castelo de S. Jorge⁸³.

Em 1938, datada de 29 de Agosto, uma portaria dizia que o Governo «intenta levar a cabo a reintegração do Castelo de S. Jorge». E «atendendo à urgência e necessidade de realização dos estudos preliminares indispensáveis e das obras preparatórias essenciais para que sobre os ensinamentos colhidos se possa elaborar um plano definitivo de reintegração e urbanização do Castelo de S. Jorge», ordenava «que tais estudos e trabalhos sejam feitos, orientados ou dirigidos por uma comissão». Entre outros membros, a comissão incluiria como vogal Augusto Vieira da Silva.

⁸⁴ Teve decerto influência marcada nessa Reintegração ⁸⁵, à qual consagrou dois trabalhos publicados em 1940: *Restauro do Castelo de S. Jorge* e *O Castelo de S. Jorge — Trabalhos de restauro realizados em 1939-40* ⁸⁶. Deu também notícia de achados efectuados durante o restauro, em artigos que viram a luz da publicidade igualmente durante o ano de 1940 ⁸⁷.

Os trabalhos de reconstituição das diversas muralhas de Lisboa exigiram estudos muito mais árduos e complexos, investigações bem mais amplas e profundas do que as respeitantes ao Castelo de S. Jorge. A razão é simples: as cercas moura e fernandina tinham desaparecido na sua maior parte, e as muralhas da Ribeira completamente, como se disse. Daí a necessidade de reconstituir os seus traçados, o que exigia metodologia diferente, constatando-se «o rigor geométrico e topográfico das memórias de Vieira da Silva, em que o compasso e o tiralinhas dão braço ao documento escrito» ⁸⁸, como disse Vítor Ribeiro, que assim caracterizou e valorizou com justeza a metodologia utilizada nessas reconstituições.

Tal tarefa revestiu-se de particular dificuldade no caso das muralhas da Ribeira, como seria de prever, dada a completa ausência de vestígios. E tão rigorosa e pormenorizada Vieira da Silva a apresenta, que o traçado das muralhas desaparecidas está desenhado em plantas nas escalas 1 2000, 1 1250 e 1 1000, sendo feito exclusivamente a partir da informação documental e de antigas cartas. Por isso dois historiadores, de grandes méritos, mas de formações e especialidades bem distintas — David Lopes e Cordeiro de Sousa, um, arabista e sábio filólogo, e o outro um epigrafista e olisipógrafo — se referiram elogiosamente a essa

reconstituição e com bons motivos, dadas as dificuldades encontradas e o valor dos resultados obtidos.

Disse o primeiro: «*A Cerca Moura de Lisboa* é estudo modelar. O investigador anda aí de par com o engenheiro. O assunto foi trabalhado com amor nos arquivos e nos impressos, como no próprio terreno. (...) O mesmo método aplicou ele com igual segurança a *Muralhas da Ribeira de Lisboa*. É, porém, trabalho de maior fôlego. Este estudo é, certamente, mais difícil, apesar da abundância das fontes. Bem se vê isso quando se lançam os olhos sobre as duas estampas que são nele a sùmula do texto. O Terremoto de 1755 fez desaparecer a cidade baixa e, no mesmo local, edificou-se uma outra, que dela herdou uma grande parte da sua nomenclatura, sem que entre os antigos e os novos nomes haja no terreno perfeita identidade. Acresce a isso a falta de plantas para um estudo topográfico criterioso. Mas, todavia, o sr. Vieira da Silva move-se com desenvoltura naquele dédalo de ruas. Estuda, pois, aí as muralhas que D. Dinis e D. Fernando ergueram à beira do rio, e também as edificações e as vias que de um e outro lado delas ficavam. Desfaz algumas ideias falsas que correm em livros sobre a mesma matéria; e assim localizou convenientemente as tercenas reais, a misericórdia, a comuna dos judeus, e mostrou que (a Vila nova de) «Gibraltar» não existiu e provém de um erro de leitura, isto é, do nome de uma rua da dita comuna, a «Rua da Gibitaria», ou seja dos algibebes. As conclusões do sr. Vieira da Silva não se baseiam apenas no que anda impresso, antigo ou moderno. Como para a cerca moura, ele foi beber nos arquivos as mais das suas informações, e foram as chancelarias reais que maior

soma de dados lhe deram com as confrontações e medições de casas feitas nas doações reais ou nos contratos de partilhas. Para os naturais ou moradores da cidade estas reconstituições têm grande encanto; para o historiador e o poeta são motivo de emoção forte»⁸⁹.

Cordeiro de Sousa, referiu-se igualmente com apreço e admiração ao trabalho consagrado a reconstituir as muralhas da Ribeira de Lisboa: «Quando Vieira da Silva nada mais tivesse produzido, bastaria esse paciente e minucioso trabalho para afirmar a sua enorme competência. Com o auxílio da Planta Topográfica da Cidade Arruinada, dos architectos Eugénio dos Santos e Carlos Mardel, referida ao ano de 1755, marca, com inexcedível aproximação, sobre a planta moderna de Lisboa o traçado das velhas muralhas dionisiana e fernandina; e, apoiando-se no Tombo da Cidade, organizado também naquele ano, e no Tombo das Propriedades Foreiras à Câmara, mandado fazer pelo rei D. Sebastião no ano de 1573, leva a sua minúcia a sobrepor nessa planta com a possível exactidão as tortuosas ruas da cidade anterior ao horripilante cataclismo do dia de Todos-os-Santos; a localizar os largos, as portas, os templos, indicando-lhes as antigas nomenclaturas, e até a calcular com a máxima fidelidade as áreas ocupadas pelas casas da zona ribeirinha da cidade»⁹⁰.

Reconstituiu Vieira da Silva com igual rigor as cercas moura e fernandina, sendo neste caso o trabalho facilitado, em parte, pela sobrevivência de lanços das muralhas e de torres, mais ou menos arruinados, e por fontes, como a planta de Lisboa de Tinoco, onde, se pouco aparece representado da cerca moura, em

contrapartida tem marcado quase todo o traçado da cerca fernandina.

Convém todavia sublinhar que Vieira da Silva não se limitou a reconstituir o traçado das muralhas: reconstituiu todo o complexo urbano confinante, trabalho também deveras difícil. E fê-lo não apenas para as zonas imediatas, mas, em alguns casos, numa amplitude que abarcou vastas áreas da cidade. Para outros estudos seus reconstituiu também o traçado urbano de várias zonas de Lisboa.

Embora o plano primitivo incluísse apenas, como vimos, «o estudo das fortificações de Lisboa na Idade Média», Vieira da Silva ultrapassou esse objectivo, tratando, em 1927, dos projectos de remodelação da Torre de Belém no século XVI, na *Revista de Arte e Arqueologia* ⁹¹, e publicando em 1942, na *Revista Municipal*, um estudo sobre os fortes de Santa Apolónia e da Cruz da Pedra ⁹².

Os estudos sobre os fortificações levaram-no a debruçar-se sobre as antigas cartas de Lisboa, assim como sobre algumas modernas. Alargando consideravelmente essa investigação, elaborou um trabalho publicado em 1950 pela Câmara Municipal de Lisboa e intitulado *Cartas Topográficas de Lisboa*, onde analisa numerosas cartas, desde a de Nunes Tinoco, de 1650, até às plantas elaboradas já neste século e aos levantamentos aerofotogramétricos e estereofotogramétricos, de 1934 a 1946. A análise crítica é minuciosa e segura, constituindo por isso um trabalho basilar para o conhecimento não só da cartografia lisiponense, mas também do urbanismo de Lisboa.

Ao estudo segue-se um esplêndido álbum com a reprodução de parte dessas plantas, desde a de Nunes

Tinoco até à topográfica de 1871, tendo sobrepostas as alterações sofridas até 1911, e a planta de 1899, tendo sobrepostas as modificações até 1948.

Vieira da Silva foi também um profundo estudioso das inscrições romanas, como o atesta o seu volume *Epigrafia de Olisipo*, publicado pela Câmara Municipal de Lisboa em 1944. O que aí nos diz sobre a evolução da epigrafia olisiponense é matéria fundamental para o conhecimento das suas fontes, enquanto o *corpus* juntamente publicado, dando-nos de cada inscrição as respectivas leitura, tradução, descrição minuciosa, local onde foi encontrada, autores que a publicaram e ainda o desenho das subsistentes, representa algo que é contributo de base para o estudo da Lisboa romana e da epigrafia desse período, valendo ainda como modelo de publicação de um *corpus* de inscrições. Note-se que a obra, além das inscrições romanas encontradas em Lisboa, inclui as que, não sendo desta cidade, aludem a pessoas ou factos no âmbito olisiponense.

Outros valiosos contributos de Vieira da Silva para o conhecimento da Lisboa romana encontramo-los nos seguintes artigos: *Um tubo de drenagem romano encontrado numa escavação em Lisboa*, publicado em 1922 no *Arqueólogo Português*; *As termas romanas da Rua da Prata*, publicado em 1934 nos *Anais das Bibliotecas, Museus e Arquivo Histórico Municipais* ⁹³; e *Uma estação lusitano-romana no sítio do Poço das Cortes*, publicado na *Revista Municipal*, em 1944 ⁹⁴.

De assinalar que no segundo desses estudos se inutilizou o que a Dr.^a Irisalva Moita classificou justificadamente como «a pouco consistente hipótese de Matos Sequeira que pretendeu demonstrar ser aquela obra um complemento da Lisboa Pombalina» ⁹⁵. E isto

porque, apesar de Vieira da Silva não ter visitado as termas, pelo estudo das suas plantas antigas e pela sobreposição destas à planta da actual *Baixa* verificou terem as casas desta «uma direcção tão enviezada» relativamente às paredes das termas que causa alguma justifica a hipótese de serem construção da época pombalina ⁹⁶.

Foram, pois, os estudos de cartografia de Lisboa, e a metodologia que incluiu a utilização de tais fontes nos estudos lisiponenses, que permitiram a Vieira da Silva apresentar esse argumento, de tanto peso que Matos Sequeira, numa atitude que só o dignifica como estudioso, reconheceu que «as conservas da Rua da Prata não são realmente fundações do quarteirão pombalino» como ele aventara, porquanto «verificou-se, depois, pela cuidada sobreposição das plantas, que as galerias das conservas estão orientadas poente-nascente, cruzando-se em diagonal com as fundações do quarteirão. Essa verificação deitou por terra a nossa hipótese. A planta das conservas, agora levantada com exactidão, e posta sobre o traçado pombalino na mesma escala, não deixa a menor dúvida» ⁹⁷.

Esta questão, se a referenciámos com certa demora, é por trazer à evidência que os estudos e as reconstituições cartográficas de Vieira da Silva, além de nos elucidarem sobre o urbanismo da Lisboa de outrora, especialmente o anterior ao terremoto, e a evolução desse urbanismo, de permitirem reconstituir com rigor o traçado de velhas e desaparecidas muralhas, nos elucidam e esclarecem sobre outros aspectos e outros problemas. Neste caso, foi a época em que se deve situar uma determinada edificação, que assim ficou confirmado ser uma das duas construções

importantes da Lisboa romana subsistentes, sendo a outra, como se sabe, o teatro da época de Nero. É pois algo que interessa à olisipografia, mas, por razões óbvias, não interessa menos aos estudos de arqueologia clássica em Portugal.

Disse Pastor de Macedo, referindo-se a Vieira da Silva: «Na sua vasta e apreciada obra, desde o *Castelo de S. Jorge* até a *Os Bairros de Lisboa* quantos erros não desfez, quantos assuntos não repôs nos seus verdadeiros lugares, quantas notícias preciosíssimas não deu à estampa, abrindo assim novos horizontes à investigação da vida passada de Lisboa»⁹⁸. Tudo isto em verdade abunda na obra de Vieira da Silva. E mais ainda, como vimos, sendo modelares os trabalhos em que ergueu complexas e vastas construções históricas, em que reconstituiu o traçado e a morfologia das fortificações medievais de Lisboa, em que tratou da cartografia ou da epigrafia da velha Olisipo. E outros e bem variados estudos há a acrescentar a estes.

São os que focam aspectos sociais, em redor de temas como a Feira da Ladra, tratado em 1934 na revista com o mesmo nome; as barcas de banhos do Tejo, ancoradas defronte do Terreiro do Paço — localização que espantará os lisboetas de hoje — estudo publicado na *Olisipo* em 1950; a evolução demográfica de Lisboa, outro estudo tão rico de informes, recolhidos em numerosas fontes, e que foi impresso na *Revista de Obras Públicas e Minas* em 1919. Tratou ainda circunstanciadamente, tanto quanto o permitiu a escassez de fontes, a história do Palácio dos Duques de Bragança e a da ponte de Alcântara e sua circunvizinhança — na *Olisipo* em 1942 e 1943,

respectivamente — e a história do sítio e Mosteiro da Esperança, na *Revista Municipal*, em 1950.

Em dois aspectos foi mais insistente o contributo de Vieira da Silva: a evolução territorial de Lisboa e a sua iconografia. Na verdade, em sucessivos artigos aparecidos na *Revista Municipal* (1940, 1941, 1942, 1943 e 1948) ocupou-se do termo, dos limites, da evolução paroquial de Lisboa, e deu notícias sobre as suas freguesias. No que se refere à iconografia, esse contributo é — uma vez mais — de importância fundamental. Além de um artigo de carácter genérico publicado na *Revista Municipal* em 1947, devemos referir: *As mais antigas panorâmicas de Lisboa*, publicado em 1926 em *Arqueologia e História*; *Uma vista panorâmica de Lisboa dos fins do século XVIII*, publicado em 1929 no *Elucidário Nobiliárquico*, sobre preciosos elementos iconográficos que Luciano Freire salvou da destruição, adquirindo-o para o Conselho de Arte e Arqueologia, e hoje em poder da Academia Nacional de Belas-Artes; *Embarque de S. Francisco Xavier para a Índia*, publicado no *Elucidário Nobiliárquico*, em 1929, estudando a preciosa panorâmica seiscentista de Lisboa que nos dá um quadro do Museu Nacional de Arte Antiga, atribuído por Vieira da Silva talvez ao jesuíta Domingos da Cunha ou, com menos probabilidade, a Simão Gomes dos Reis; *Panorama de Lisboa em azulejos existentes no Museu Nacional de Arte Antiga*, publicado em *Armas e Troféus*, em 1932, analisando com grande minúcia e saber a longa e preciosa panorâmica guardada actualmente no Museu do Azulejo, na Madre de Deus; *Uma vista inédita de Lisboa do 3.º quartel do século XVIII*, publicado em 1941 no *Boletim do Museu Nacional de Arte Antiga*, museu onde se encontra esta vista tomada do rio, mostrando

Lisboa desde o Mosteiro de S. Bento ao desaparecido Palácio Corte-Real, com alguns pormenores que não figuram em panorâmicas idênticas, tendo Vieira da Silva identificado todas as principais construções aí representadas⁹⁹.

PASTOR DE MACEDO
E FERREIRA DE ANDRADE

Luís Pastor de Macedo cultivou com entusiasmo e dedicação a olisipografia. Durante largos anos estudou e divulgou o passado de Lisboa. Pacientemente, reuniu um magnífico conjunto de preciosos materiais, que utilizava nas suas obras e lhe davam um cunho de segura erudição, de trabalhos bem firmes, solidamente alicerçados em documentação numerosa e bem seleccionada. Dirigia a sua atenção de olisipógrafo especialmente para as ruas e praças da cidade, e, se traçava a sua evolução, se narrava as vicissitudes sofridas através dos tempos, buscava também descrever e reconstituir os variados acontecimentos a que essas ruas e praças tinham servido de palco, bem como a vida das instituições, estabelecimentos, organismos, etc., nelas situados. Os seus estudos revelam-se, por isso, um manancial inestimável de informes sobre a Lisboa do pretérito, onde investigadores dos mais diversos domínios encontram esclarecimentos e notícias por vezes bem importantes e inesperadas.

Dentro dessa orientação, destacam-se os seguintes estudos: *A Rua das Pedras Negras*, Lisboa, 1932; *O Antigo Terreiro do Trigo*, Lisboa, 1932; *A Baixa Pombalina*,

Lisboa, 1938; *A Rua das Canastras*, Lisboa, 1939; *Tempos que Passaram — Um Artista, Uma Rua e Uma Freguesia de Lisboa*, Lisboa, 1940 e *Lisboa de lés a lés*, 5 volumes, Lisboa, 1940-1943.

Entre esta vasta produção, sobressai *Lisboa de lés a lés*. Percorrendo-se o índice desta obra, verifica-se imediatamente a enorme diversidade de assuntos, pessoas, instituições, monumentos, etc., daí estudados ou referidos com certa minúcia. Mas só a sua leitura nos pode revelar a amplitude e profundidade do tratamento recebido por alguns dos temas abordados. Assim, sobre confeitarias, confeiteiros, sua organização profissional, sua irmandade — a de Nossa Senhora da Oliveira — e vários outros aspectos afins, deu-nos Pastor de Macedo cerca de 150 páginas densas, repletas de notícias, com real interesse para diferentes campos da história, desde o social ao da gastronomia.

Alguns edifícios de Lisboa também prenderam a sua atenção de investigador, levando-o a traçar estudos, mais ou menos extensos, mas sempre bem informados e bem estruturados, constituindo alguns deles preciosas monografias: *A Igreja de Santa Maria Madalena*, Lisboa, 1930; *O Palácio de Almada*, Lisboa, 1944 (em colaboração com o Dr. António Rodrigues Cavalheiro); *Casas da Câmara de Lisboa (Do século XII à Actualidade)*, Lisboa, 1951 (em colaboração com Norberto de Araújo); *Em Que Casa Faleceu Agostinho de Macedo?* in *Revista Municipal*, 1964; *Da Ermida de Santa Bárbara à Ermida de Nossa Senhora do Resgate*, in *Boletim Cultural da Junta Distrital de Lisboa*, 1965.

O terremoto de 1755, acontecimento da maior magnitude na vida e na história de Lisboa, foi também

alvo do seu estudo em *O Terremoto de 1755 na Freguesia da Madalena*, Lisboa, 1930.

Colaborou com Matos Sequeira, como já referimos atrás, no volume *A Nossa Lisboa*, que, pelas características dos textos que reúne, pensamos ter sido elaborado, na sua maior e mais importante parte, por aquele olisipógrafo.

A erudição e variedade de conhecimentos de Pastor de Macedo no campo da olisipografia ficaram igualmente patentes nas tão valiosas e esclarecedoras anotações que apôs à 2.^a edição de *A Ribeira de Lisboa*, de Júlio de Castilho, 1944-1945, publicada pela Câmara Municipal de Lisboa. Além de pequenas e por vezes importantes anotações em pé de página, Pastor de Macedo elaborou umas largas dezenas de desenvolvidas notas, constituindo, na sua maior parte, verdadeiros estudos.

*

«Em redor do Castelo de S. Jorge se poderia intitular o estudo que nos propusemos publicar sobre as freguesias que, nesta cidade de Lisboa, se alcantilam na escarpa da vetusta fortaleza olisiponense. Depois de dois volumes de *A Freguesia de S. Cristóvão*¹⁰⁰ (...) damos agora à estampa a *Freguesia de Santiago*»¹⁰¹, escreveu Ferreira de Andrade no proémio da segunda obra referida. Anos decorridos, aparecia *Freguesia de Santa Cruz da Alcáçova de Lisboa*, editada, como as anteriores, pela Câmara Municipal de Lisboa. Disse-nos, em 1948, ter já concluído o estudo da artéria que rodeia parte do Castelo de S. Jorge, a Rua da Costa do Castelo que intitularia *Velha artéria da cidade*, a que se seguiriam,

«completando o estudo deste pedaço de Lisboa», monografias tratando das freguesias do Castelo, Escolas Gerais, Santo Estêvão, S. Miguel e Graça ¹⁰². Em 1948 dizia isto, mas em 1954, ao dar à estampa o seu livro sobre a Freguesia de Santa Cruz, ainda incluía o estudo sobre a Costa do Castelo nas obras «a publicar» ¹⁰³.

E afinal, a sua obra ficou pelas três freguesias circundantes do Castelo de S. Jorge, havendo a acrescentar um livro, *Palácios Reais de Lisboa*, onde trata, entre outros, de um que ficava mesmo à beira do Castelo: o Paço da Alcáçova.

O estudo das três freguesias já referidas mostra-o claramente discípulo de Júlio de Castilho e continuador da *Lisboa Antiga*. A metodologia e a área escolhida, que em parte preenche hiatos da *Lisboa Antiga — Bairros Ocidentais*, em parte amplia e aprofunda os seus capítulos, são aspectos que mostram bem que se situa na linha de investigação que Júlio de Castilho iniciou. Assim o considerou também Matos Sequeira que escreveu no prefácio de *Freguesia de Santa Cruz da Alcáçova de Lisboa*: «Quando o autor deste volume, deu a lume *A Freguesia de São Cristóvão*, lido o livro logo o tive como outro excelente continuador do assunto criado por Castilho». E Pastor de Macedo, precisamente no prefácio a *Freguesia de São Cristóvão*, afirmou que essa obra, com a qual iniciou Ferreira de Andrade a sua carreira de historiador de Lisboa, «representa uma adesão que naturalmente nos traz a esperança de que a obra tão notável e brilhantemente iniciada pelo saudoso Mestre Castilho não deixará de ter, pelo menos durante os tempos mais próximos, os seus continuadores.» ¹⁰⁵

As freguesias de São Cristóvão, Santiago e Santa Cruz são estudadas com minúcia e segurança. Sobre o que nelas se encontra capaz de merecer a atenção do historiador, se debruça Ferreira de Andrade. Não apresenta, contudo, a vastidão de pesquisa documental de Matos Sequeira em *Depois do Terremoto* e *O Carmo e a Trindade*. No entanto, a par de criteriosa e larga utilização de fontes impressas, recorre a um bom número de fontes manuscritas, muito particularmente aos assentos paroquiais, aos rois de confessados, aos documentos dos arquivos das igrejas. Também a Torre do Tombo, assim como arquivos particulares, lhe forneceram alguns materiais, publicando em apêndice, de todo este conjunto, a parte que reputou mais significativa.

Num desses documentos, do cartório paroquial de Santa Cruz, publicado integralmente, viu o autor a probabilidade de se encontrar uma referência a um outro documento respeitante a Martim Moniz, 43 anos posterior ao cerco de Lisboa, em 1147 ¹⁰⁶. Seria, pois, importante achega para o esclarecimento do acto de heroísmo e sacrifício que lhe atribui a tradição, problema sobre que se debruçaram, entre outros, Alexandre Herculano, Júlio de Castilho e Alfredo Pimenta, mas parece-nos que provavelmente se reporta ao documento publicado pelo último dos historiadores referidos, e que é 111 anos posterior ao cerco de Lisboa ¹⁰⁷. Aliás, este e outros documentos com idêntica origem, dos noticiados por Ferreira de Andrade, mostram o interesse de pesquisar os arquivos das igrejas de Lisboa que, apesar de tão desfalcados, ainda nos revelam por vezes informes de valor.

Nos *Palácios Reais de Lisboa*, publicado em 1949, além da história do Palácio da Alcáçova, a que já fizemos referência, traça Ferreira de Andrade a evolução dos Palácios de Xabregas, Santo Elói e S. Bartolomeu, alicerçando-se mais uma vez num conjunto documental com informação ampla e significativa.

A Ferreira de Andrade devemos ainda dois estudos que incidem sobre aspectos da vida do Município lisbonense: *O Senado da Câmara e a Guerra Civil*, publicado em sucessivos números da *Revista Municipal*, de 1943 a 1945, e *O Senado da Câmara e os seus Presidentes*, divulgado na mesma revista em 1956-57 e 1960-1963, tendo este ficado incompleto.

UM EPIGRAFISTA E UM ETNÓGRAFO: CORDEIRO DE SOUSA E LUÍS CHAVES

Nesta resenha sobre os principais cultores da olisipografia, onde apenas fazemos referência aos já desaparecidos, há que incluir os nomes de J. M. Cordeiro de Sousa e Luís Chaves. Embora não tenha sido o estudo de Lisboa o fulcro dos seus labores — um foi fundamentalmente um epigrafista, o outro um etnógrafo — todavia um bom motivo justifica essa inclusão: no conspecto das suas obras, os trabalhos consagrados a Lisboa avultam e de longe superam os dedicados a quaisquer outras localidades ou áreas regionais. Por isso, um é o epigrafista de Lisboa e o outro o seu etnógrafo: nestes dois campos, a maior parte do que existe actualmente, que respeita a Lisboa, deve-se a esses dois investigadores.

No âmbito da epigrafia, Cordeiro de Sousa elaborou um trabalho fundamental, como o não possui nenhuma outra cidade portuguesa: *Inscrições portuguesas de Lisboa (Séculos XII a XIX)*, o qual apareceu em 1940.

Produto de uma investigação de muitos anos, quase de uma vida inteira, fruto do estudo que fez da epigrafia portuguesa e o consagrou como especialista nesse campo — não dizemos o maior, por ter sido o

único que tal qualificação merece — pôde assim apresentar-nos um trabalho que, pelo rigor das leituras, pela vastidão da pesquisa (raras foram as inscrições não registadas ¹⁰⁸), ficou a constituir um marco nesse domínio da historiografia portuguesa, e não apenas da olisipografia, como preciosa fonte documental que durante muito tempo não será substituída. Graças a Cordeiro de Sousa, Lisboa é a cidade portuguesa que possui, para o período visado, o mais seguro, mais bem elaborado e mais completo *corpus* epigráfico.

Cordeiro de Sousa empreendeu ainda e levou a cabo com persistência o estudo e a publicação de várias colecções epigráficas, como as que foram reunidas no Museu da Associação dos Arqueólogos Portugueses, instalado na igreja do Convento do Carmo, e na Sociedade de Geografia de Lisboa, e os conjuntos de inscrições da Sé de Lisboa, de Santa Luzia e de S. Bento de Xabregas.

Assim, sobre a colecção epigráfica da Associação dos Arqueólogos Portugueses publicou: *Inscrições portuguesas do Museu do Carmo*, 2.^a edição, 1936; *Lápide sepulcral de uma filha do Duque de Aveiro* in *Feira da Ladra*, 1934; e *Inscrições romanas do Museu do Carmo* (em colaboração com F. A. Garcez Teixeira) in *Arqueologia e História*, 1927-28, que é talvez o seu único trabalho sobre epigrafia latina. À colecção epigráfica da Sociedade de Geografia dedicou: *A colecção epigráfica portuguesa do Museu da Sociedade de Geografia de Lisboa* in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 1940; *Uma inscrição olisiponense no Museu da Sociedade de Geografia* in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 1941; *A colecção epigráfica portuguesa do Museu da Sociedade de Geografia de Lisboa*, aditamento, in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 1941; *A Campa*

de um «mestre da carreira da Índia» no Museu da Sociedade de Geografia, in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 1942.

São vários os estudos de sua autoria sobre as inscrições da Sé de Lisboa: *Inscrições sepulcrais da Sé de Lisboa*, 2.^a edição, 1935; *A inscrição da tomada de Lisboa na Sé de Lisboa*, in *Arqueólogo Português*, 1929; *Dois inscrições inéditas da Sé de Lisboa*; *Mais uma inscrição inédita da Sé de Lisboa* e *Fragmento de uma inscrição inédita da Sé de Lisboa*, in *Revista de Arqueologia*, 1934-36; *A data da deposição do cadáver de Lopo Fernandes Pacheco no túmulo da Sé*, in *Arqueólogo Português*, 1967.

As inscrições de outras igrejas de Lisboa mereceram igualmente a sua atenção: *As sepulturas de Santa Luzia*, in *Nação Portuguesa*, 1934 (publica e estuda 10 inscrições sepulcrais dessa igreja); *O Pantéon dos Condes de Linhares em S. Bento de Xabregas*, in *Olisipo*, 1942 (estuda e publica 6 inscrições aí existentes); *As campas do claustro de S. Vicente*, in *Nação Portuguesa*, 1936 (estuda e publica um núcleo de 10 inscrições).

Mas Cordeiro de Sousa, como é natural, não se ocupou apenas do estudo e da publicação de núcleos epigráficos existentes em Lisboa. Como prova de tal, apontemos os seguintes artigos onde trata apenas de uma ou duas inscrições: *Dois testemunhos medievais de S. Domingos de Lisboa*, in *Feira da Ladra*, 1939; *Dois inscrições de S. Francisco da Cidade*, in *Notícias do Passado*, 1938; *Uma velha inscrição de S. Francisco da Cidade*, in *Revista de Arqueologia*, 1934-36; *Uma inscrição na Torre de Belém*, in *Olisipo*, 1948; *A inscrição tumular do Bispo D. Fernando de Miranda*, in *Olisipo*, 1951; *A morte do Infante D. Fernão Sanchez contada no seu túmulo*, in *Arqueologia e História*, 1964.

Os estudos enumerados dão-nos, através da transcrição das inscrições e da análise dos textos, numerosas notícias sobre a Lisboa do passado e os seus habitantes, obtidas através de um tipo de fontes raramente aproveitado pelos nossos historiadores.

Bastantes outros artigos publicou Cordeiro de Sousa, tratando de mais lápides ou aproveitando-as para o estudo de diversas temáticas. E debruçou-se ainda sobre variados aspectos da velha Lisboa, falando-nos, por exemplo, de *A antiga tapada do Campo Grande* (*Bazar*, suplemento de *A Voz*, de 11 de Agosto de 1945) ou de *A escritura de um cantor de ópera de Lisboa* (*Diário de Notícias*, 3 de Setembro de 1935). Mas, com mais insistência, interessou-o a história de algumas edificações de Lisboa, cumprindo, neste campo, salientar os trabalhos seguintes: *A igreja paroquial de São Baptista do Lumiar*, 1952; *Ainda a «capela dos Mirandas» na igreja de São Cristóvão*, in *Olisipo*, 1952; *Nota sobre la iglesia de San Vicente en Lisboa*, in *Anales del Centro de Cultura Valenciana*, 1952; *O oratório de Telheiras*, in *Boletim da Junta de Província da Estremadura*, 1953; *Apontamentos para a história de uma quinta suburbana*, in *Revista Municipal*, 1961.

Tratou também de alguns aspectos de arte olisiponense: *Os azulejos da Costa do Castelo*, in *Diário de Notícias*, 12 de Abril de 1938; *A Cruz Românica do Museu do Carmo*, in *Brotéria*, 1949; e *Os jacentes da Sé de Lisboa e a sua indumentária*, in *Revista Municipal*, 1951, trabalho valioso para a história da escultura, assim como para o conhecimento do traje, baseado num género de fontes muito pouco aproveitado.

A um acontecimento de importância capital da história de Lisboa, o terremoto de 1755, prestou uma

atenção especial Cordeiro de Sousa, sendo fruto dessa atenção os seguintes trabalhos: *Notícias do Terremoto*, in *Revista de Arqueologia*, 1934-36; *Como chegou a Paris a notícia do terremoto*, in *Feira da Ladra*, 1934; *Um arquitecto francês que se propõe colaborar na reconstrução de Lisboa*, in *Diário de Notícias*, 6 de Junho de 1935; *Notícias acerca dos estragos causados pelo Terremoto*, in *O Debate*, 25 de Outubro de 1951.

Esta resenha não visa de nenhum modo enumerar a obra de Cordeiro de Sousa, mas sim dar uma ideia da variedade de temas lisiponenses de que se ocupou este investigador em alguns livros ou artigos, quase sempre artigos breves, mas bem escritos, bem pensados, trazendo normalmente uma achega útil nos elementos revelados, na crítica apresentada, nos comentários traçados.

Com a produção dispersa por revistas, jornais e livros, tratando de Lisboa, publicou a Câmara Municipal desta cidade a *Colectânea Olisiponense* em três volumes (1953, 1958 e 1966), onde a riqueza, variedade e valor da obra lisiponense de Cordeiro de Sousa ficaram bem patentes.

Ainda no mesmo campo, publicou Cordeiro de Sousa duas úteis séries de registos paroquiais, na esteira de Edgar Prestage e de Pedro de Azevedo: *Registo da freguesia de Nossa Senhora da Encarnação do lugar da Ameixoeira desde 1540 a 1604* (Lisboa, 1930) e *Registos paroquiais quincentistas de Lisboa — Santa Justa* (Lisboa, 1949) ¹⁰⁹.

Luís Chaves legou-nos uma vasta obra etnográfica e nela ocupa lugar de relevância, pelo número e qualidade dos estudos, a parte respeitante a Lisboa,

avaliada, ainda recentemente, pelo Dr. Paulo Caratão Soromenho, como «monumental repositório de etnografia lisbonense»¹¹⁰.

Contêm esses estudos uma soma apreciável de elementos ainda não conhecidos, considerados ou estudados, a par de revelarem, por parte do autor, um bom domínio das fontes impressas capazes de servirem o seu ramo de investigação, o que lhe permitiu reunir e coordenar uma informação até aí dispersa e que só em conjunto adquire significado.

Variados são os temas etnográficos abordados por Luís Chaves, sendo de referir a atenção que lhe mereceram alguns aspectos triviais que o dia-a-dia da cidade oferece aos olhos dos lisboetas, mas que, na maioria dos casos, ninguém até então descrevera ou estudara. É o caso do seu estudo sobre *Os aventais dos cavalos das carroças das ruas de Lisboa*, publicado na *Revista Municipal*, em 1960. Citem-se ainda, na mesma revista, os artigos *Carros, carrinhos e carroças de Lisboa* (1952), *Alforges e cangalhas* (1956), *Os barcos do Tejo — fragatas e varinos* (1941) e *Dos Barcos miúdos de Lisboa: botes, canoas, chatas, etc.* (1955).

Para se avaliar da variedade temática que assinalámos, mencionamos ainda, a título de exemplo, os seus estudos *Os pregões populares das ruas de Lisboa* (*Revista Municipal*, 1965); *Lisboa no folclore* (Olisipo, 1939), onde analisa as referências a Lisboa na poesia popular portuguesa, coligindo um notável número de poesias dispersas, tarefa só possível graças a um conhecimento profundo dos nossos cancioneiros; *A etnografia da água em Lisboa* (*Boletim da Comissão de Fiscalização das Águas de Lisboa*, 1943); *Costumes funerários e seus reflexos nos cemitérios da cidade* (*Língua Portuguesa*).

Elaborou ainda valiosas sínteses, como *Perspectivas etnográficas da cidade de Lisboa* (*Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 1947).

Estes artigos, apontados como exemplos de uma variada e valiosa obra etnográfica, que a par da boa informação, bom tratamento do assunto e sentido crítico revelado, evidenciam qualidades literárias e excelentes dotes de exposição, testemunham de facto a variedade temática, mas não a totalidade de assuntos versados por este incansável estudioso, que só a enumeração completa dos seus artigos de etnografia lisiponense permitiria.

Esse conjunto de artigos dá a Luís Chaves jus a ser considerado o grande etnógrafo de Lisboa, e, graças a ele, esta é a cidade portuguesa mais e melhor estudada nesse campo, a que dispõe de uma maior e melhor bibliografia etnográfica.

Luís Chaves abordou ainda aspectos que, além de interessarem à etnografia, importam também a outros ramos da ciência. No campo da história de arte, refira-se a atenção que lhe mereceram os presépios. Em 1916 publicou um documento inédito da Biblioteca Nacional de Lisboa que considerou como revelador de *O Primeiro «Presépio» de Lisboa conhecido (Século XVII)*¹¹¹. A redacção pouco clara desse documento levou-o a tal conclusão. Mas, tendo nós retomado o assunto e socorrendo-nos de outras fontes, chegámos à conclusão de que tal presépio teria aparecido «o mais tardar em meados do século XVI»¹¹², conclusão que Luís Chaves aceitou, com a probidade moral e intelectual que o caracterizavam¹¹³. Posteriormente, estudou ainda *Um presépio exterior nos Jerónimos (Menina e Moça, 1956)*, *Um presépio do século XVII no Convento de Nossa Senhora da*

Esperança (a Santos-o-Velho) (*A Voz*, de 25 de Dezembro de 1956), e o *Presépio Conventual de Carnide* (*Novidades*, de 20 de Agosto de 1961). Sobre arte decorativa popular, escreve *Os aventais dos cavalos das carroças de Lisboa*, já referido, e *Os «oleados» ornamentados das vendedeiras de peixe pelas ruas* (*Revista Municipal*, 1964).

Outro aspecto e bem interessante no campo da etnografia, da arte e da vida religiosa, que investigou, foi o dos registos de santos, quer os gravados, quer os desenhados em azulejos nas casas de Lisboa ¹¹⁴. No mesmo âmbito de interesses, são também de assinalar as numerosas páginas consagradas ao culto mariano ¹¹⁵ e a outros cultos católicos de Lisboa ¹¹⁶.

Mas Luís Chaves estendeu a sua investigação a outros campos ainda. Penetrou no literário, em artigos como *Lisboa nos versos de Cesário Verde (algumas notas de etnografia lisbonense)* (*Novidades*, 10 de Abril de 1955) ou *Lisboa nas auras vicentinas; as matinas de Natal; Lisboa e os autos de Mestre Gil Vicente* (*A Voz*, 5 de Janeiro de 1957); na arqueologia e na história, com estudos dedicados à zona de Belém ¹¹⁷, o artigo *As vias romanas em Portugal (Lisbo nó de ligação das estradas)* (*Lisbon Courier*, 1952) ou a conferência *Alfama de ontem & Alfama de hoje — Aspectos históricos e etnográficos* (*Anais das Bibliotecas, Museus e Arquivo Histórico Municipais*, 1935); no que se refere à epigrafia romana de Lisboa, consagrou o seu esforço de estudioso a temas como o *Monumento epigráfico dedicado a Apolo por um augustal* ou a *Urna cinerária de Olisipo com inscrição*, aparecidos ambos na *Revista de Arqueologia*, 1936.

Não esgota esta resenha os aspectos de Lisboa que Luís Chaves tratou nem, para cada um deles, se enumeraram todos os estudos publicados. Note-se,

porém, que, dominando os de carácter etnográfico, mesmo os que se inserem noutros campos de interesse quase sempre os ligou à etnografia.

Apesar de nos legar uma produção multimodal não exclusivamente olisipográfica, deu Luís Chaves à olisipografia um contributo tão amplo e tão valioso, reunido em boa hora nos quatro volumes de *Lisboa nas auras do povo e da história — ensaios de etnografia*, publicados pela Câmara Municipal de Lisboa, que não se podia deixar de incluir aqui o seu nome e de referir a sua obra.

DOIS DIVULGADORES:
FRANCISCO CÂNCIO
E NORBERTO DE ARAÚJO

Por último, neste breve conspecto dos autores e realizações mais significativas no domínio da olisipografia, devemos mencionar quem se distinguiu por uma obra de divulgação olisiponense.

Um deles é Francisco Câncio com *Aspectos de Lisboa no Século XIX*, 1939; *Lisboa de outros Séculos*, 1940; *Alguns aspectos da Lisboa manuelina*, 1942; *Lisboa — figuras e casos do passado*, 1942; *Coisas e loisas de Lisboa Antiga*, 1951; *O Paço da Ajuda*, 1955; *Duas páginas de história de um palácio lisboeta no tempo do Passeio Público*, 1962; e ainda o «*Arquivo Alfacinha*», reunindo artigos da sua autoria e onde divulgou múltiplos aspectos olisiponenses, fazendo acompanhar os textos de abundante iconografia, quase sempre pertinente. Incidindo em especial em casos e figuras pitorescas, sobre certos aspectos da vida social, focando predominantemente o século XIX, esses artigos muito nos contam do passado de Lisboa.

Mas decerto o melhor divulgador de Lisboa, mais seguro e mais noticioso, dando uma visão mais ampla no aspecto cronológico e ideográfico, foi Norberto de

Araújo, com as *Legendas de Lisboa* (1943), e, em especial, com as suas *Peregrinações em Lisboa*. Afirmou ele, no início deste trabalho, que o autor «não se apura na erudição antes recolhida, nem a enriquece de novidades, porque jornadeando (...) tal não quer caber no peano (...). Discorre, ilustra, peregrina. É essencialmente um trabalho de divulgação»¹¹⁸.

É inteiramente adequada a caracterização que Norberto de Araújo faz das suas *Peregrinações*, considerando-as de feição divulgativa. A leitura confirma-o inteiramente, e mostra-nos também a boa qualidade da obra. Dela diria Pastor de Macedo ser «um trabalho de divulgação, (...) um dos melhores que se tem feito, da história das belezas e do pitoresco da nossa cidade. Síntese perfeita — e todos sabem como é difícil fazer-se uma síntese, principalmente em estudos desta natureza, de matéria variada e dispersa por variadíssimas obras»¹¹⁹. A matéria informativa é também de assinalar: «Se bem que não seja um trabalho de pesquisa, oferece muitas informações», escreveu o Prof. Doutor José Augusto França¹²⁰. Mais circunstanciadamente, Luís Pastor de Macedo expusera opinião idêntica, à data da publicação dos primeiros «Livros» que constituem a obra: «São muitas as notícias que dá, principalmente respeitantes às últimas dezenas de anos da existência de alguns edifícios. Isto é, completa até à actualidade os estudos que encontrou feitos até determinada altura, como sucede, por exemplo, com as *mercearias* de D. Afonso IV e da rainha D. Brites, com o Palácio da Rosa, com o Coleginho, com os Meninos Órfãos, etc. (...). Só quem se embrenhou no estudo da olisipografia, pode avaliar a quantidade de obras que foi necessário consultar para

poder-se fazer, como se fosse feito com uma *perna às costas*, o que Norberto de Araújo está fazendo com a publicação das suas *Peregrinações*»¹²¹.

O título corresponde inteiramente ao conteúdo. Depois de, no livro primeiro, nos ter dado breve síntese da história da cidade, desde a Pré-História, e de ter descrito as suas muralhas, começa, no segundo livro, de companhia com o leitor, a peregrinar por Lisboa, como logo o sugere o circunstanciado título: «Do Caldas à Madalena — As Pedras Negras, S. Crispim e S. Mamede — Igreja de Santo António da Sé — A Sé através das idades — Rua do Limoeiro, seu presente e passado — Por S. Tiago e pelos Loios — De Santa Luzia ao Menino Deus». E assim continua, ao longo dos sucessivos livros, até final das *Peregrinações*. E como a sua informação era larga e segura, como lera atentamente o que os investigadores tinham apurado relativamente a locais e monumentos, ruas e edifícios, embora sem dar novidades — salvo raras exceções — elucida com mestria e arte os leitores que o acompanham através de Lisboa sobre quanto sucessivamente vão encontrando.

É assim que Norberto de Araújo e Francisco Cântio, não tendo sido investigadores, não tendo aumentado o nosso conhecimento sobre o passado de Lisboa, devem todavia incluir se entre os olisipógrafos, pela sua acção em prol da divulgação, pelo seu esforço para tornar acessível, através de prosa ligeira e atraente, e portanto de leitura mais fácil, o que a investigação e a erudição olisiponenses averiguaram e definiram depois de demorados e difíceis trabalhos de pesquisa e crítica. Portanto, ainda que por forma diferente, contribuíram também para dar a conhecer a história de Lisboa.

AUTORES ESTRANGEIROS

Embora sejam abundantes os estudos de autores estrangeiros sobre temas portugueses, raríssimos incidem sobre história de Lisboa. Um dos poucos que podemos registar é o de Susane Chantal, *La Vie Quotidienne au Portugal après le Tremblement de Terre de Lisbonne de 1755*, publicado em 1962, que é, aliás, um livro de vulgarização, bastante superficial. Em contrapartida abundam os relatos de viajantes que sobre Lisboa escreveram as suas impressões, legando-nos ao mesmo tempo numerosos e por vezes bem valiosos elementos informativos.

Curiosamente, o mais antigo texto respeitante à zona de Lisboa, deve-se a um estrangeiro. É o périplo massiliota do século VI a.C. conservado na *Ora Marítima*, do poeta latino Avieno. Não falando do povoado que seguramente já se erguia então na colina do Castelo de S. Jorge ¹²², não deixa de mencionar as condições de navegabilidade do estuário do Tejo e como aí terminava uma estrada que permitia atingir Tartéssos ¹²³.

A Lisboa se referiram alguns autores muçulmanos devendo salientar-se entre eles, no século XII, Edrici ¹²⁴. Nesse mesmo século, pela pena de um dos

cruzados ingleses que participaram no cerco de Lisboa em 1147, surge-nos a primeira descrição da cidade, a mais valiosa que possuímos da Lisboa medieva ¹²⁵.

Embora tenhamos em relatos de viajantes do século xv referências e notícias com interesse sobre Lisboa, entre os quais cumpre assinalar Jerónimo Munzer ¹²⁶, só a partir da época de quinhentos começamos a dispor de relatos consideráveis em número e no seu valor informativo. Entre os mais circunstanciados e dignos de leitura contam-se os depoimentos divulgados por Alexandre Herculano: o de Batista Venturino ¹²⁷, que fez parte da comitiva do Cardeal Alexandrino, legado do Papa Pio V às Cortes de França, Espanha e Portugal, e o do relator anónimo da viagem dos embaixadores venezianos Tron e Lippomani ¹²⁸, enviados a Lisboa em 1580, logo após Filipe II se ter apoderado do território português.

Na centúria seguinte surge um razoável número de depoimentos sobre Lisboa, alguns deles de grande interesse. Assinalemos os que se inserem nos relatos da viagem de Cosme de Medicis em 1669 ¹²⁹, em *The Ancient and Present State of Portugal*, de John Stevens ¹³⁰, no *Journal de Voyages*, de Monconys e, ainda, a breve mas tão substanciosa descrição de Lisboa de Dellon ¹³¹. Também François de la Tour nos legou algumas notas curiosas sobre a Lisboa seiscentista ¹³².

Relativamente a este século devemos ainda consignar que dois grandes escritores espanhóis se referiram a Lisboa com alto elogio. Um deles foi Cervantes, o outro Tirso de Molina. O primeiro pôs na boca do grumete de um navio que demandava Lisboa esta exclamação: «tierra, tierra, aunque mejor diria cielo, por que sin duda estamos en el paraje de la

formosa Lisboa»¹³³. Tirso de Molina, em seus versos, não foi menos elogioso:

Es Lisboa una octava maravilla
*De las entrañas de España*¹³⁴

O século XVIII legou-nos, como é sabido, abundantes e desenvolvidos relatos de viagens. Os principais, com incidências mais ou menos relevantes sobre Lisboa, são os de Baretto¹³⁵, Dumouriez¹³⁶, Dalrymple¹³⁷, Carrère¹³⁸, Twiss¹³⁹, Link¹⁴⁰, Southey¹⁴¹, Beckford¹⁴², Murphy¹⁴³ e Ruders¹⁴⁴. Citem-se ainda as obras *Voyage du Ci-devant Duc de Châtelet en Portugal*, de autor não identificado, os *Sketches of Society and Manners in Portugal*, publicados em 1787 sob o nome de Arthur William Costigan, pseudónimo do coronel Ferrier¹⁴⁵, e também uma *Description de la Ville de Lisbonne*, publicada em Paris em 1730.

No seu conjunto, estas obras constituem uma fonte preciosa para a colheita de dados e notícias sobre a Lisboa setecentista e para caracterização da gente que a habitava, ainda que possam detectar-se, em algumas delas, generalizações apressadas, algumas inexactidões ou interpretações tendenciosas em função de ideias preconcebidas. O caso mais flagrante de detracção é talvez o de J. B. Carrère. O seu *Tableau de Lisbonne en 1796* é uma obra que lamentavelmente se distingue pela má vontade, por maledicência mesmo, a respeito de Portugal e dos portugueses. É nela de tal modo patente a deturpação da verdade e da realidade social portuguesa, que outros autores estrangeiros não deixaram de o pôr em destaque. Assim, na *Voyage du Ci-devant Duc de Châtelet en Portugal* afirma-se: «L'auteur

du Tableau de Lisbonne, qui a paru, présent des détails curieux; mais il s'est réduit presque uniquement à la description de cette capitale. Il règne d'ailleurs, dans son ouvrage, un ton continuel de dénigrement, motivé sans doute, excusé au moins par les circonstances dans lesquelles il l'a habitée, mais qui ne sauroit inspirer beaucoup de confiance»¹⁴⁶.

É inteiramente correcta a alusão do autor às circunstâncias por vezes difíceis em que decorreu a vida de Carrère em Lisboa, na situação de imigrado suspeito de ideias jacobinas, como tal perseguido por Pina Manique, o que poderia explicar o seu ressentimento em relação ao governo, mas não a atitude depreciativa que assumiu em relação aos portugueses, que de resto sofriam idênticas perseguições e pelos mesmos motivos. Apesar de tudo, note-se, o seu livro constitui um depoimento valioso sobre Lisboa. No parecer de Castelo Branco Chaves, «com esta disposição e propósito de desforra satirizou e disse mal de tudo quanto viu e ouviu, o que aliás, não prejudicou o pitoresco e animadíssimo quadro que traçou da vida lisboeta»¹⁴⁷.

Do conjunto de autores setecentistas referidos, avultam pela qualidade das obras produzidas, pela seriedade dos depoimentos e pelo prestígio das suas personalidades, os nomes de Murphy, Southey, Link, Ruders e Beckford.

Lisboa, as suas grandiosidades e misérias, os costumes e o carácter dos lisboetas são objecto da atenção de todos eles, constituindo uma fonte de documentação histórica a que têm recorrido não raros eruditos da olisipografia, como é o caso de Júlio de Castilho, Matos Sequeira, etc.

Arquitecto, arqueólogo e crítico de arte, Murphy legou-nos duas obras capitais: *A General view of State of Portugal* e *Travels in Portugal*.

Southey, que nos visitou por duas vezes e que de Lisboa e dos lisboetas colheu, na sua primeira estadia, uma impressão desagradável (*Letters Written During a Short Residence in Spain and Portugal*) veria depois, quatro anos volvidos, a cidade e a sua gente com olhos mais benignos, corrigindo em boa porte, na segunda edição da mesma obra, a imagem injusta que nela transmitira aos seus leitores. Se apontou diversos aspectos negativos da Lisboa do seu tempo, no entanto confessou antes de a deixar pela primeira vez: «I am eager to be again in England, but my heart will be very heavy when I look back upon Lisbon for the last time»¹⁴⁸. Em Lisboa teria ficado, por sua vontade, o resto da vida ou pelo menos alguns anos¹⁴⁹. E, já em Inglaterra, recordava Lisboa com tais saudades que dizia estar disposto a dar alguns dedos das mãos ou dos pés por igual número de horas em Lisboa¹⁵⁰.

Uma outra obra com grande interesse é a do naturalista Link, descrevendo a sua digressão por Portugal no final da centúria: *Bermer Kungen auf eisser Reise durch Frankreich, Spanien und vorzüglich Portugal*, que começou a publicar-se em Kiel em 1801 e que logo foi enviada por Goethe a Schiller, acompanhada de uma carta onde dizia tratar-se da «descrição de uma viagem em Portugal, que é uma leitura agradável e muito instrutiva»¹⁵¹.

Das referências a Lisboa contidas na obra, registe-se a crítica desfavorável à estátua equestre de D. José, por Machado de Castro, e que foi por este refutada, baseando-se aliás, muito especialmente, no testemunho

de Murphy ¹⁵², este muito mais autorizado, como é natural, no campo da arte.

As cartas de Ruders, capelão da legação sueca, são fundamentais para o estudo da sociedade lisboeta nos fins do século XVIII. Distinguem-se pela minúcia, pela segurança dos informes, pela justeza e objectividade dos comentários. Publicadas em volume em Estocolmo (1805), sob o título de *Portugissiske Resa, Beskrifven; Brestill Vänner*, foram em parte traduzidas para português por António Feijó.

Quanto a Beckford, a obra que nos legou pode dizer-se que constitui, no domínio da literatura de viagens, o que de melhor se produziu, em todos os tempos, sobre Portugal e os portugueses. Com especial interesse para o estudo da vida social na Lisboa dos finais de setecentos, o seu livro *Italy, with Sketches of Spain and Portugal*, publicado já em pleno século XIX e o seu *Diário*, valem como documentos e como obras literárias.

No século XIX, as invasões francesas, a intervenção inglesa e as lutas liberais deram origem a diversos livros sobre Portugal, em que Lisboa é referida — mas essas obras preocupam-se especialmente, como é natural, com aspectos militares e as operações bélicas então efectuadas.

No entanto, mas posteriormente nessa centúria, apareceram relatos de estrangeiros que visitaram o nosso país e sobre ele, assim como sobre Lisboa, deixaram notícias, muitas vezes de grande interesse. Apontemos algumas a título exemplificativo:

J. Pourret de Fondreyre, *Lisbonne et le Portugal*, Paris, 1846 ¹⁵³.

M. Olivier Merson, *Lisbonne — Histoire — Monuments — Mœurs*, Paris, 1857.

Rev. Alfred Charles Smith, *Narrative of a Spring Tour in Portugal*, London, 1870.

Catharina Carlota Lady Jackson, *Fair Lusitania*, London, 1874 ¹⁵⁴.

Modesto Fernandez y Gonzalez, *De Madrid à Oporto pasando por Lisboa*, Madrid, 1874.

John Latouche (pseudónimo de Oswald Crawford), *Travels in Portugal*, 2.^a ed., 1875.

Oswald Crawford, *Portugal old and new*, 1879.

F. y H. Giner de los Rios, *Portugal*, Madrid, 1888 ¹⁵⁵.

Mas quer os relatos respeitantes ao Portugal monárquico constitucional, quer os posteriores, deixam de ter o valor informativo sobre o país e sobre Lisboa de que se revestem os relatos anteriores, especialmente os do século XVIII, sem prejuízo de que devam continuar a merecer a atenção dos estudiosos. A comprová-lo temos o exemplo de S. Centeno Fragoso, que em uma série de artigos intitulados *Bibliografia Olisiponense* ¹⁵⁶ extraiu desses textos do século passado (e de outros da actual centúria) trechos e condensações que mostram a importância dos elementos coligidos por quem nos visitou ou esteve entre nós e cujos relatos são documentos que não devem ser ignorados pelos historiadores.

A CONCLUIR

Em breve conspecto, como o exigem as características desta colecção, apreciámos a obra dos olisipógrafos que se nos afiguram mais representativos, entre os que já desapareceram.

Em todos eles se descortina o mesmo objectivo e se assinala o mesmo factor de criação: investigar, estudar, esclarecer quanto existiu ou aconteceu na Lisboa de outrora, explicar a origem e evolução de monumentos e casos, palácios e conventos, de ruínas e de relíquias do passado que subsistiram e se deparam aos olhos dos que percorrem a cidade. Há em todos eles o desejo de tornar conhecida a história e o significado de quanto existe nesta Lisboa, as vicissitudes e ocorrências ligadas às suas ruas e praças. E ainda o de descrever como viveram e se divertiram os lisboetas de outras épocas, como era a sua vida familiar, social, religiosa, como eram, por exemplo, os seus teatros e feiras.

São estes aliás os aspectos de incidência mais constantes nas obras dos olisipógrafos tratados. Embora versando, genericamente, a história de Lisboa, há na realidade perspectivas e sectores de preferência muito nítidos, como seja, por exemplo, a apresentação do edifício, palácio, convento, igreja, etc. como fulcro

temático, fazendo surgir em seu redor um mundo de história e de vida, que vai desde a evocação das origens até aos eventos com ele relacionados, passando pela descrição das evoluções sofridas e de quanto as suas paredes albergaram. A par disto, e ainda como sectores preferenciais, surgem o estudo da sociedade lisboeta através dos tempos e a história de instituições de toda a espécie, desde as culturais às religiosas, das associativas às recreativas, considerando as suas múltiplas actividades, as figuras que as marcaram e a sua projecção local ou nacional.

O amor à cidade onde nasceram e viveram, ou onde apenas viveram, criou nestes homens o desejo de a conhecer, e por isso investigaram o seu passado. Os resultados dessas pesquisas transmitiram-no a outros lisboetas, que, pelos mesmos motivos, desejavam conhecer Lisboa. E esta receptividade foi, evidentemente, um largo estímulo para a actividade de investigação que fez surgir e desenvolver a olisipografia.

Mas, deve-se assinalar, a história de Lisboa, o esforço para a tornar conhecida, não tem sido apenas realizado pelos olisipógrafos. Se estes são os investigadores que ao estudo de Lisboa consagram boa parte da sua actividade, se são aqueles em cuja obra, os escritos de índole olisiponense assumem posição de relevância, muitos outros têm escolhido esta cidade como objecto de algumas das suas pesquisas, e por vezes com resultados brilhantes. Só que, nestes casos, as páginas dedicadas a Lisboa ocupam, no conjunto produzido, uma posição secundária, ou surgem casualmente inseridas em obras perspectivadas para outros ramos do saber, onde a temática olisiponense poderá ser tratada a excelente nível, mas não é a fundamental nos objectivos

visados e no conspecto da obra desses autores. Quer num caso, quer noutro, não estamos em presença de olisipógrafos, embora os seus contributos para o conhecimento de Lisboa importem — e por vezes muito — à olisipografia.

Por isso mesmo justifica-se que um dia seja estudada a soma dos contributos que os autores não olisipógrafos têm dado para a história de Lisboa, para o conhecimento desta cidade. E tão vasto é esse material, tantos autores aí se incluem, que dariam origem a estudo não menor do que este, que não desejamos concluir sem ter antes reafirmado que o esforço tão meritório dos olisipógrafos originou num apenas um amplo conhecimento da história de Lisboa, decerto a cidade portuguesa cujo passado está melhor desvendado, mas também um contributo fundamental e dos mais importantes mesmo, para tantos aspectos da história portuguesa.

NOTAS

¹ No códice Cadaval encontramos os seguintes capítulos: 22 — «Como el rei D. Afonso se ordenou de ir cercar Lisboa, e das gentes estranhas que levou em sua ajuda»; 23 — «Como os cristãos entraram dentro na cidade de Lisboa e per que guisa e das razões que el rei disse aquelas gentes que lhe ajudaram a ganhar»; 24 — «Como el rei ordenou o bispo de Lisboa e quem foi dela primeiro bispo»; 25 — «Como el rei D. Afonso ordenou prior no mosteiro de S. Vicente de Fora e qual foi o primeiro prior e de que Ordem se fez.» *Crónicas dos sete primeiros reis de Portugal*, ed. de Carlos da Silva Tarouca, Lisboa, 1942, vol. I, pp. 76-85. No códice da Biblioteca Municipal do Porto relacionam-se com a tomada de Lisboa os capítulos 21 a 27, coincidentes, excepto o 23 — «Do milagre que Deus mostrou pelo cavaleiro Henrique que morreu quando a cidade foi tomada»; 24 — «Como o cavaleiro Henrique apareceu em sonhos a um homem bom e como lhe disse que soterrasse seu escudeiro a par dele»; e o 25 — «Da palmeira que nasceu na cova deste cavaleiro Henrique e dos milagres que Deus por ele fazia.» *Crónica de cinco reis de Portugal*, ed. de A. de Magalhães Basto, Porto, 1945, vol. I, pp. 91-101.

² Em ambos os códices, dois capítulos: «Como o corpo de S. Vicente foi trazido depois de achado per uns homens devotos que o foram buscar» e «Como o corpo de S. Vivente foi posto na Sé de Lisboa.» Edições referidas na nota anterior, respectivamente, vol. I, pp. 102-106 e vol. I, pp. 112-114.

³ Nesta crónica encontramos também sete capítulos — 34 a 40 — respeitantes à tomada de Lisboa e dois sobre a trasladação de S. Vicente para esta cidade — 47 e 48. Veja-se a *Crónica de D. Afonso Henriques*, ed. de José de Bragança segundo um manuscrito da Torre do Tombo, Lisboa, s. d.

⁴ O confronto entre as duas crónicas é concludente, tendo Artur Magalhães Basto investigado pertinentemente o assunto. O Prof. Lindley Cintra, que tem estudado profundamente as nossas crónicas medievais, escreveu a este respeito: «Tornou-se absolutamente claro desde que apareceu a Crónica de 1419 que foi a sua narração do reinado de Afonso Henriques a base de toda a obra de Galvão. Este limitou-se a acrescentar o prólogo e dois capítulos, a retocar o estilo de todo o texto e, aqui e além, muito raramente, a acrescentar uma breve notícia ou comentário» — *Sobre a formação e evolução da lenda de Ourique*, in *Miscelânea de estudos em honra do Prof. Hernâni Cidade*, Lisboa, 1957, p. 171.

⁵ *Crónica del rei Dom João I, da boa memória*, ed. da Imprensa Nacional — Casa da Moeda, Lisboa, 1873, Primeira parte, cap. CLXII, pp. 306-307.

⁶ *Idem, idem*, cap. CLXII, p. 307.

⁷ *Idem, idem*, cap. CXV, p. 198.

⁸ *Quadros da Crónica de D. João I de Fernão Lopes*, Lisboa, 1937, p. 13.

⁹ António J. Anselmo: *Bibliografia das obras impressas em Portugal no século XVI*, Lisboa, 1926, p. 104, n.º 384. Gil do Monte: *Subsídios para a história da tipografia em Évora nos séculos XVI a XVIII*, Évora, 1968, pp. 14-15, n.º 8.

¹⁰ O desejo de enaltecer Lisboa não terá sido apenas o fruto de um patriótico panegírico da capital portuguesa, mas reflexo dum real rivalidade existente entre as duas cidades. Veja-se, do Prof. Doutor Vitorino Magalhães Godinho, *A Historiografia portuguesa*, in *Revista de História*, S. Paulo, 1955, n.ºs 21-22, p. 11.

¹¹ *Lisboa de Quinhentos*, Lisboa, 1937, p. 16. Tradução de Raul Machado.

¹² *Do Sítio de Lisboa*, Lisboa, 1703, «Ao leitor», p. IV.

¹³ Luís Mendes de Vasconcelos e o seu livro «Do Sítio de Lisboa», in *Anais das Bibliotecas, Arquivos e Museus Municipais*, Janeiro-Junho, 1932, n.ºs 3-4, p. 6.

¹⁴ *A Historiografia Portuguesa*, Lisboa, 1973, vol. II, p. 125.

¹⁵ *Livro das Grandezas de Lisboa*, Lisboa, 1620, fólio inumerado (Breve narração do que este livro contém).

¹⁶ *Idem*, fólio inumerado (Prólogo).

¹⁷ Publicada no *Archivo Bibliographico da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, 1909 a 1912, vols. IX a XII, e num tomo independente, na série dos *Inéditos da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra*, Coimbra, 1924.

- ¹⁸ Joaquim Veríssimo Serrão, *A Historiografia Portuguesa*, vol. II, p. 131.
- ¹⁹ O Dr. Durval Pires de Lima expõe os motivos destas atribuições na advertência à *História dos Mosteiros, Conventos e Casas Religiosas de Lisboa*, Lisboa, 1950, vol. I, p. XI.
- ²⁰ *História dos Mosteiros, Conventos e Casas Religiosas de Lisboa*, vol. I, pp. XI-XII.
- ²¹ *In Memoriam — Júlio de Castilho* (2.º Visconde de Castilho), Lisboa, 1920, pp. 90-91.
- ²² Introdução ao *Arquivo Pitoresco* de 1 de Julho de 1857, 1.º ano, p. 1.
- ²³ Ignacio Vilhena Barbosa, in *Revista Ilustrada*, de 30 de Novembro de 1890, n.º 16, p. 189.
- ²⁴ Francisco Costa e J. Martins da Silva Marques: *Bibliografia Sintrense*, ed. da Câmara Municipal de Sintra, 1940, p. 96, n.º 290. A apreciação pertence ao segundo autor. Veja-se a p. 7.
- ²⁵ *Porta do Moniz no Castelo de S. Jorge* in *Arquivo Pitoresco*, Lisboa, 1862, vol. V, p. 340.
- ²⁶ Veja-se o estudo *O feito de Martim Moniz* in *Bracara Augusta* — (Actas do Congresso Histórico de Portugal Medievalo — vol. I), Braga, 1963, vol. XIV-XV, pp. 186-187.
- ²⁷ Citado por J. M. da Silva Marques in *Ethnos*, Lisboa, 1935, vol. I, p. 219.
- ²⁸ *Chronica da Companhia de Jesus na Província de Portugal*, Lisboa, 1645 e 1647 — 2 vols. Sobre o seu valor historiográfico veja-se J. Veríssimo Serrão: *A Historiografia Portuguesa*, Lisboa, 1973, vol. II, pp. 231-3.
- ²⁹ Advertência à 2.ª edição, datada de 1901, de *Lisboa Antiga — Bairro Alto*, Lisboa, 1954, vol. 1, p. XXXVI.
- ³⁰ Explicação prévia, datada de Fevereiro de 1916 — *Lisboa Antiga — Bairros Orientais*, Lisboa, 1935, vol. I, p. 13.
- ³¹ *Idem*, vol. I, p. 13.
- ³² *In Memoriam — Júlio de Castilho*, pp. 33-34.
- ³³ *Prefácio explicativo* à 3.ª edição da *Lisboa Antiga — Bairro Alto*, de Júlio de Castilho, Lisboa, 1954, vol. I, p. XIII.
- ³⁴ *Academia das Ciências de Lisboa — Boletim da Segunda Classe*, 1914, vol. IX, fasc. 1, p. 13.
- ³⁵ *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, s. v. *Castilho (Júlio)*, vol. IV, col. 1415.
- ³⁶ *Guia do Estudante de História Medieval Portuguesa*, Lisboa, 1964, p. 73.

- ³⁷ *Lisboa Antiga — Bairros Orientais*, vol. I, p. 18.
- ³⁸ Castelo Branco Chaves, *Os Livros de Viagens em Portugal no século XVIII e a sua projecção europeia*, Lisboa, 1977, pp. 65-66.
- ³⁹ *Edición nacional de las obras completas de Menéndez y Pelayo*, 1942, vol. X, p. 271.
- ⁴⁰ *Lisboa Antiga — Bairros Orientais*, 2.^a edição, Lisboa, 1939, vol. I, p. 214.
- ⁴¹ *Lisboa Antiga — Bairros Orientais*, Lisboa, 1935, vol. III, pp. 29-30.
- ⁴² *Dispersos*, Lisboa, 1960, vol. II, p. 281.
- ⁴³ *Elogio académico do Visconde (Júlio) de Castilho*, 1920, p. 9. Este elogio foi proferido na Academia das Ciências de Lisboa em 27 de Fevereiro de 1919.
- ⁴⁴ *No descerramento de uma lápide na casa onde nasceu Tinop*, in *Olísipo*, Julho de 1944, n.º 27, pp. 147-148.
- ⁴⁵ A. Vieira da Silva, *Dispersos*, Lisboa, 1960, vol. III, p. 164.
- ⁴⁶ *Lisboa de Lés-a-Lés*, 2.^a edição, Lisboa, 1955, vol. I, pp. 8-9.
- ⁴⁷ Sobre E. Freire de Oliveira, veja-se o artigo anónimo publicado em *Ocidente*, de 10 de Abril de 1898, n.º 694, p. 75.
- ⁴⁸ *Annaes do Município de Lisboa*, n.º 12, pp. 95-96, n.º 13, pp. 103-104 e n.º 58, pp. 478-480.
- ⁴⁹ *Arquivo Municipal de Lisboa*, 1860, n.º 23, pp. 183-184, 1861, n.º 71, p. 568, n.º 72, pp. 573-576, n.º 101, pp. 806-807.
- ⁵⁰ *Arquivo Municipal de Lisboa*, 1869, n.º 1, pp. 13-15 e 29-32.
- ⁵¹ *Arquivo Municipal de Lisboa*, 1882, p. 451.
- ⁵² Carta publicada nos *Elementos para a história do Município de Lisboa*, Lisboa, 1887, vol. II, p. VI.
- ⁵³ *Lisboa Antiga — Bairros Orientais*, Lisboa, 1939, vol. I, p. 234.
- ^{53 a} N.º 704, de 20 de Julho de 1898, p. 168.
- ⁵⁴ *Elementos para a história do Município de Lisboa*, Lisboa, 1885, vol. I, folha inumerada.
- ⁵⁵ *Idem*, vol. I, folha inumerada.
- ⁵⁶ *Elementos para a história do Município de Lisboa*, Lisboa, 1891, vol. V, pp. 218-236.
- ⁵⁷ Assim, na nota sobre a morte do infante D. Duarte, irmão de D. João IV, transcreve um documento das *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa* e oito documentos do *Livro de registos dos mandados de pagamentos dos anos de 1645 a 1654*, a relação da prisão de D. Duarte, segundo manuscrito guardado em biblioteca particular e ainda uma carta de D. Duarte ao bispo de Lamego (*Elementos para a História do Município de Lisboa*, Lisboa, 1891, vol. V, pp. 180-187). A

pequena nota ao decreto de 12 de Outubro de 1660 transcreve dois documentos do *Livro I de Impostos Novos* (*Idem*, Lisboa, 1893, vol. VI, p. 215). Do mesmo modo a nota ao assento da vereação de 28 de Setembro de 1754 transcreve dois documentos do *Livro I de registos de cartas de D. José* (*Idem*, Lisboa, 1906, vol. XV, pp. 620-621).

⁵⁸ *Elementos para a história do Município de Lisboa*, Lisboa, 1887, vol. II, pp. 178-187 e 460-488.

⁵⁹ António Sérgio, *Em torno da designação de Monarquia Agrária dada à primeira época da nossa História*, Lisboa, 1941, p. 64, nota 6.

⁶⁰ *Brotéria*, 1944, vol. XXXVIII, fasc. 3, pp. 343-344.

⁶¹ *Lisboa Pombalina e o Iluminismo*, Lisboa, 1965, p. 214.

⁶² *Guia do estudante de história medieval portuguesa*, p. 73.

⁶³ *Academia das Ciências de Lisboa — Boletim da Segunda Classe*, 1974, vol. IX, fasc. 1, p. 13.

⁶⁴ *No descerramento de uma lápide na casa onde nasceu Tinop*, in *Olisipo*, Julho de 1944, n.º 27, p. 147-148.

⁶⁵ Lisboa, 1939, vol. I, p. VII.

⁶⁶ *Academia das Ciências de Lisboa — Boletim da Segunda Classe*, 1914, vol. IX, fasc. 1, p. 14.

⁶⁷ *Lisboa Antiga — Bairro Alto*, 3.ª ed., Lisboa, 1966, vol. V, pp. 78-79.

⁶⁸ *Depois do Terremoto*, 1916, vol. I, pp. XIV-XV.

⁶⁹ Por isso as correcções até agora aparecidas à obra de Matos Sequeira, que nós sabemos, são poucas e quase sempre sobre aspectos de pormenor. Assim, por exemplo, Luís Bivar Guerra escreveu referindo-se a *Depois do Terremoto*: «Contém algumas inexactidões, principalmente a notícia genealógica da família (do Morgado dos Arciprestes) e sobretudo errado, mas desculpável engano de escrever Geraldês em vez de Giralde.» *A Casa da Graciosa*, 1965, p. 445, nota 549.

⁷⁰ *História da fundação do Colégio Real dos Nobres de Lisboa*, 1959, p. 9.

⁷¹ *Lusitânia*, Junho de 1924, fac. III, p. 408.

⁷² Veja-se a *Nota preliminar* à 7.ª ed., Lisboa, 1965, de *O Regicida*, de Camilo Castelo Branco.

⁷³ *O Carmo e a Trindade*, Lisboa, 1939, vol. I, p. VII.

⁷⁴ *O Carmo e a Trindade*, vol. I, p. X.

⁷⁵ *Idem*, vol. I, p. IX.

⁷⁶ Essas conferências foram publicadas em dois tomos intitulados *A Evolução e o espírito do teatro português*, 1948 e 1949. A conferência de Matos Sequeira está no primeiro tomo.

- ⁷⁷ *Velhos teatros de Lisboa desaparecidos*, in *Olisipo*, Abril de 1952, n.º 58.
- ⁷⁸ *Belas-Artes*, 1962, 2.ª série, n.º 18, p. 71.
- ⁷⁹ *Depois do Terremoto*, 1933, vol IV, p. 558. Também Luciano Cordeiro um dia teve um desabafo muito semelhante: «Só compreende quem sabe quanto é áspero e ingrato entre nós o culto da ciência» — *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 1877, p. 86.
- ⁸⁰ Veja-se o *Mundo Português — Imagens de uma exposição histórica*, 1956.
- ⁸¹ *O Castelo de S. Jorge em Lisboa*, 2.ª ed., Lisboa, 1937, pp. 5-6.
- ⁸² *Idem*, pp. 6-7.
- ⁸³ Em 1942 publicou *Ação do Castelo de Lisboa nas guerras e revoluções em Portugal* e dois anos depois *O Castelo de S. Jorge em Lisboa*. Ambos os trabalhos foram republicados nos *Dispersos*, vols. I e III.
- ⁸⁴ *Diário do Governo* de 1 de Setembro de 1938, 2.ª série, n.º 203, p. 4709.
- ⁸⁵ Veja-se do autor *Problemas dos restauros do Castelo de S. Jorge em Lisboa e do Palácio de D. Manuel em Évora*, in *Belas-Artes*, Lisboa, 1978, 2.ª série, n.º 32, pp. 20-21.
- ⁸⁶ Publicados na *Revista Municipal*, n.º 3 e no *Boletim da Ordem dos Engenheiros* e reeditados nos *Dispersos*, vol. I e II.
- ⁸⁷ *Algumas descobertas no Castelo de S. Jorge e Mais descobertas no Castelo de S. Jorge*, publicados na revista *Olisipo*, n.º 10-11 e reeditados nos *Diversos*, vol. II.
- ⁸⁸ *Academia das Ciências de Lisboa — Boletim da Segunda Classe*, 1914, vol. IX, fasc. 1, p. 13.
- ⁸⁹ *Páginas Olisiponenses*, Lisboa, 1968, pp. 254 e 256.
- ⁹⁰ *Elogio do Engenheiro Augusto Vieira da Silva*, in *Anais da Academia Portuguesa da História*, 1955, 2.ª série, vol. VI, p. 14.
- ⁹¹ Republicado nos *Dispersos*, Lisboa, 1960, vol. II.
- ⁹² Republicado nos *Dispersos*, Lisboa, 1954, vol. I.
- ⁹³ Republicados ambos nos *Dispersos*, vol. II.
- ⁹⁴ Republicado nos *Dispersos*, vol. I.
- ⁹⁵ *As termas romanas da Rua da Prata*, edição da Câmara Municipal de Lisboa, 1977, p. 5.
- ⁹⁶ *Dispersos*, vol. II, pp. 312-316.
- ⁹⁷ Este texto de Matos Sequeira está reproduzido nos *Dispersos* de A. Vieira da Silva, vol. II, pp. 395-6.
- ⁹⁸ Palavras de Pastor de Macedo proferidas na sessão solene de 13 de Maio de 1934, quando da entrega dos diplomas das medalhas de ouro de Mérito Municipal a A. V. da Silva, Roque Gameiro e

Matos Sequeira — *Anais das Bibliotecas, Museus e Arquivo Histórico Municipais*, 1934, n.º 13, p. 31.

⁹⁹ Todos estes artigos foram republicados nos seus *Dispersos*.

¹⁰⁰ Publicados em 1944 e 1945.

¹⁰¹ *A Freguesia de Santiago*, edição da Câmara Municipal de Lisboa, 1948, vol. I, p. 7.

¹⁰² *A Freguesia de Santiago*, vol. I, p. 7.

¹⁰³ *A Freguesia de Santa Cruz da Alcáçova de Lisboa*, Lisboa, 1954, p. 7.

¹⁰⁴ Pág. 13.

¹⁰⁵ Lisboa, 1944, vol. I, p. 8.

¹⁰⁶ *A Freguesia de Santa Cruz da Alcáçova de Lisboa*, pp. 136-137 e 166.

¹⁰⁷ Veja-se *O Feito de Martim Moniz*, in *Bracara Augusta*, 1963, vols. XIV-XV, pp. 103-105. Trata-se de uma comunicação apresentada ao Congresso Histórico de Portugal Medieval, reunido em Braga em 1959.

¹⁰⁸ Veja-se o artigo *Subsídios para a História da Igreja de Jesus*, in *Olisipo*, Lisboa, 1974-1975, n.ºs 137-138, p. 14.

¹⁰⁹ Sobre este epigrafista, historiador e olisipógrafo pode-se consultar o *Elogio de J. M. Cordeiro de Sousa*, pelo Rev. Dr. António Dias Dinis, edição da Academia Portuguesa da História, Lisboa, 1971, que nos forneceu valiosas indicações.

¹¹⁰ *Luís Chaves*, in *Olisipo*, n.ºs 139-140, p. 97.

¹¹¹ *O Arqueólogo Português*, vol. XXI, 1.ª série.

¹¹² *Presépios de Lisboa nos séculos XVI e XVII*, in *Revista Municipal*, 1955, n.º 64, p. 31.

¹¹³ *Um presépio do século XVIII no Convento de Nossa Senhora da Esperança*, in *A Voz*, de 25 de Dezembro de 1956, republicado em *Lisboa nas auras do povo e da história*, Lisboa, 1966, vol. II, p. 117.

¹¹⁴ «Registos de Santos» da cidade de Lisboa (Registos gravados); Registos de imagens de Lisboa hoje desaparecidas; Alguns «Registos de Santos» de Lisboa; os «Registos de azulejos» nas fachadas das casas de Lisboa; Os «Registos de azulejos» representam sentimentos antigos com expressões novas; A imagem de Santo António nos «Registos de azulejos» nas casas de Lisboa; Lisboa e os seus «Registos de Santos»; «Registos de santos» de azulejo, no bairro do Castelo. Todos estes estudos foram recolhidos em *Lisboa nas auras do povo e da história — ensaios de etnografia*, vols. I, III e IV.

¹¹⁵ *O culto mariano em Lisboa: capelas, ermidas, oratórios e nichos, na cidade de Lisboa dedicados a Maria*, republicado no 3.º vol. de *Lisboa nas auras do povo e da história — ensaios etnográficos*.

¹¹⁶ *S. Vicente nas tradições de Lisboa e do Algarve; S. Francisco Xavier nas tradições da cidade; São Crispim e São Crispiano — notas histórico-etnográficas; S. Vicente, padroeiro de Lisboa; O culto popular de São Pedro Pero Gonçalves Telmo, o Santelmo; Os tronos populares de Lisboa no dia de Santo António; Ermidas dedicadas ao Senhor Jesus; Cruzes, cruzeiros e crucifixos; Oratórios e nichos; São Jorge de Lisboa e do seu castelo a patrono de Portugal inteiro! - Portugal e São Jorge — O culto público; Santo António de Lisboa e de Portugal inteiro.* Todos estes estudos se encontram nos vols. 1.º, 3.º e 4.º de *Lisboa nas auras do povo e da história — ensaios de etnografia*.

¹¹⁷ *A povoação e a praia do Restelo. Uma estância de Camões, Ocidente, 1939. Três fases da vida histórica de Belém, Ecos de Belém, 10 de Abril de 1941. Belém na Pré-História, Boletim Cultural e Estatístico, edição da Câmara Municipal de Lisboa, 1937. Belém no século XVI, Gil Vicente, 1944. Uma tradição de S. Francisco Xavier, Ecos de Belém, 28 de Fevereiro de 1953.* Todos estes artigos foram republicados no 2.º vol. de *Lisboa nas auras do povo e da história — ensaios de etnografia*.

¹¹⁸ *Peregrinações*, Lisboa, s. d., livro I, p. 9 (Prólogo intitulado *Razões das Peregrinações*).

¹¹⁹ *Olisipo*, Outubro de 1938, n.º 4, p. 29.

¹²⁰ *Lisboa Pombalina e o iluminismo*, Lisboa, 1965, p. 213.

¹²¹ *Olisipo*, Outubro de 1938, n.º 4, p. 29.

¹²² Abel Viana e Georges Zbyszewski. *Nota acerca da descoberta de uma indústria pré-histórica no Castelo de S. Jorge*, in *Brotéria*, Lisboa, 1946, vol. XLII, fasc. 2, pp. 177-184.

¹²³ *Oru Marítima*, versos, 171-180 — *Fontes Hispaniae Antiquae*, Barcelona, 1955, 2.ª ed., fac. 1, pp. 18-19.

¹²⁴ José Garcia Domingues, *Aspectos geográficos da Lisboa muçulmana*, in *Revista Municipal*, 1907, n.º 112-113, p. 11.

¹²⁵ A narrativa, sob a forma de carta, foi primeiramente atribuída a Osberno ou Osberto e enviada a alguém cujo nome começava por R. Especialmente depois da análise do problema feita por Rui de Azevedo (*A Carta ou memória do cruzado inglês R. para Osberto de Bawdsey sobre a conquista de Lisboa em 1147*, in *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, 1957, tomo VII, vol. II) parece ser mais provável o contrário: ter sido a carta escrita por R. e enviada a Osberno ou Osberto. A edição mais acessível da carta é a que foi publicada como complemento ao 2.º vol. da *Lisboa Antiga — Bairros Orientais*, sob o título de *Conquista de Lisboa aos Mouros (1147)*, Lisboa, 1936, edição da Câmara Municipal de Lisboa, contendo o texto latino e a tradução para português da autoria de José Augusto de Oliveira. A descrição de Lisboa encontra-se a pp. 58-61.

¹²⁶ *Itinerário do Dr. Jerónimo Münzer*, Coimbra, 1932, edição de Basílio de Vasconcelos.

¹²⁷ *Opúsculos*, 3.^a ed., vol. VI, pp. 80-90.

¹²⁸ *Opúsculos*, 3.^a ed., vol. VI, pp. 115-125.

¹²⁹ *Viagem de Cosme de Medicis a Lisboa em 1669*, tradução de A. G. da Rocha Madahil, in *Revista Municipal*, Lisboa, 1942, n.ºs 11-12, 13-14 e 16.

¹³⁰ Segundo informa o Prof. Doutor Gonçalves Rodrigues, a obra, publicada anonimamente, é da autoria de John Stevens. Veja-se da sua autoria *O Protestante Lusitano*, p. 217 e *A Língua Portuguesa em Inglaterra nos séculos XVII e XVIII*, p. 24. A. 1.^a ed. é de 1701.

¹³¹ *Histoire de l'Inquisition de Goa*, 1.^a ed. de 1687. Sobre esta obra veja-se o estudo do Prof. Doutor Gonçalves Rodrigues *O Protestante Lusitano*, pp. 212-213.

¹³² Joaquim Veríssimo Serrão, *Un Itineraire Portugais a la fin du XVIII^e siècle*, 1958. Separata do *Bulletin des Etudes Portugaises*, tomo XXI. Estuda-se e publica-se a parte do texto referente a Portugal.

¹³³ *Los Trabajos de Persiles y Sigismunda*, in *Obras*, Madrid, 1866, p. 42.

¹³⁴ *El Burlador de Sevilla y Combinado de Piedra*, Sevilla, s. d., p. 9.

¹³⁵ *Lettere Familiari di Giuseppe Baretti a suoi tre Fratelli Filippo, Giovanni e Amadeo*, 1.^o vol., Milão, 1762; 2.^o vol., Veneza, 1763.

¹³⁶ *État présent du Royaume de Portugal en l'année MDCCLXVI*, Lausanne, 1775.

¹³⁷ *Travels through Spain and Portugal in 1774, with a short account of Spanish Expedition against Algiers in 1775*, Dublin, 1777.

¹³⁸ *Tableau de Lisbonne en 1796 suivi de lettres écrites de Portugal sur l'état ancien et actuel de ce Royaume*, Paris, 1797; *Voyage en Portugal et particulièrement à Lisbonne ou Tableau Moral, Civil, Politique, Physique et Religieux de cette capitale*, Paris, 1798. Publicadas anonimamente, são atribuídas a J. B. F. Carrère (*Nouvelle Biographie Générale*, de Firmin Didot).

¹³⁹ *Travels through Portugal and Spain in 1772 and 1773*, London, 1776.

¹⁴⁰ *Bermerkungen auf einer Reise durch Frankreich, Spanien und vorzüglich Portugal*, Kiel, 1801-1804. Conhecida especialmente através da tradução francesa, *Voyage en Portugal depuis 1797 jusqu'en 1799*, 3 vols., Paris, 1808.

¹⁴¹ *Letters written during a short Residence in Spain and Portugal*, Bristol, 1797. *Journals of a Residence in Portugal (1800-1801) and Visit to France (1838)*, Oxford, 1960.

¹⁴² *Italy, with Sketches of Spain and Portugal*, 1834.

The Journal of William Beckford in Portugal and Spain (1787-1788), London, 1954.

Há traduções portuguesas desta obra:

— *Viagens de William Beckford a Portugal — Cartas escritas em 1787*, in *Panorama*, 1855-1857, vols. XII a XIV. Foram republicadas por Manuel Bernardes Branco em *Portugal e os Estrangeiros*, Lisboa, 1879, vol. I, pp. 76-136. A tradução dessas cartas foi atribuída a Rebelo da Silva pelo Dr. Silva Marques (Francisco Costa e J. Martins da Silva Marques, *Bibliografia Sintrense*, Sintra, 1940, n.º 29, p. 20), decerto por confusão, causada por Rebelo da Silva ter aí publicado um artigo sobre Beckford. Camilo atribui a tradução a Francisco Romano Gomes Meira (*Notas à margem em vários livros da sua biblioteca recolhidas por Álvaro Neves*, Lisboa, 1916, p. 65), atribuição que tem sido aceite.

— *A Corte da Rainha D. Maria I — Correspondência de W. Beckford*, Lisboa, 1901. O Dr. Silva Marques, na obra acima referida (n.º 30, p. 21), diz tratar-se de «uma reimpressão pura e simples *ne varietur*, da tradução das mesmas cartas» inserta no *Panorama*, o que não é exacto. Martinho da Fonseca no *Aditamento ao Dicionário Bibliográfico Português*, Coimbra, 1927, p. 161, atribui a tradução a Francisco Zacarias da Costa Aça até à p. 176 e a parte restante a Olímpio Monteiro.

— *Diário de William Beckford em Portugal e Espanha*, trad. de J. Gaspar Simões, Lisboa, s. d. Trad. de (Empresa Nacional de Publicidade).

¹⁴³ *Travels in Portugal, through the Provinces of Entre Douro e Minho, Beira, Estremadura and Alentejo in the years 1789 and 1790*, London, 1795.

A General View of State of Portugal, 1798.

¹⁴⁴ *Portugisiske Resa, Beskrifven i Breftill Vänner*, Estocolmo, 1805. Parcialmente traduzida pelo poeta António Feijó e publicada em sucessivos números do *Diário de Notícias*.

¹⁴⁵ Maria Luísa de Valleré em anotação ao *Elogio Histórico de Guilherme Luís António de Valleré*, de Francisco de Borja Garção Stockler, Paris, 1808.

¹⁴⁶ Paris, Ano VI da República (1789), vol. I, p. ij.

¹⁴⁷ *Os Livros de Viagens em Portugal no Século XVIII e a sua Projecção Europeia*, Biblioteca Breve, Instituto de Cultura Portuguesa, Lisboa, 1977, p. 21.

¹⁴⁸ *Letters Written During a short Residence in Spain and Portugal*, 1797, p. 547.

¹⁴⁹ Robert Southey, *Journals of a Residente in Portugal 1800-1801 and a Visit to France, 1838*, Oxford, 1959, pp. 153, 140 e 166.

¹⁵⁰ *Idem*, p. 176.

¹⁵¹ *Correspondance entre Schiller et Goethe*, trad. de Lucien Herr, 5.^a ed., Paris, 1923, carta 805, datada de Weimar, a 25 de Março de 1801, vol. IV, p. 147.

¹⁵² *Descrição Analytica da Execução da Estátua Equestre Erigida em Lisboa à Glória do Senhor Rei Fidelíssimo D. José I*, Lisboa, 1810, pp. XXX-XXXVI. Desta obra fez em 1975 uma reedição em fac-símile a Academia Nacional de Belas-Artes, com um valioso posfácio e notas do Prof. Doutor José-Augusto França.

¹⁵³ Sobre esta obra veja-se o estudo de Anne Gallut, inserto no *Bulletin des Études Portugaises*, Lisboa, 1970. Nova série, tomo XXXI, pp. 285-334.

¹⁵⁴ Tradução portuguesa devida a Camilo Castelo Branco, publicada em 1877.

¹⁵⁵ Data da advertência.

¹⁵⁶ O primeiro foi publicado em *Estremadura — Boletim da Junta de Província*, Janeiro-Abril de 1946, n.º 11, tendo aparecido o segundo no n.º 19, de Setembro-Dezembro de 1948, e continuado a publicar-se seguidamente com intervalos menores.

DOCUMENTÁRIO ANTOLÓGICO

O SENADO DE LISBOA

Governa-se esta nobilíssima cidade com justíssimas e santíssimas leis, para conservação das quais tem um senado de pessoas doudas, graves e nobres, entre as quais há seis senadores letrados a que chamão vereadores e um fidalgo dos principais do reino com título de presidente, e um escrivão, que também é homem nobre, e fidalgo, e dois procuradores da cidade. Estes oficiais são postos por El Rei e feitos por suas cartas. Há mais quatro misteres, que o povo elege na Casa dos Vinte e Quatro, que também têm assento no mesmo Senado, e têm voto igual com os vereadores em todas as cousas, que se tratam e despacham no Senado, tirando em matérias de direito e de justiça em que votam. Tem mais um tesoureiro e um sindicante e cada um tem seu escrivão. E os seis vereadores estão repartidos em suas jurisdições nesta forma. Um deles é particularmente juiz do açougue e das cousas a ele pertencentes, e não tem pouco que fazer nela, (...). Outro das cousas pertencentes ao Terreiro do Trigo. Outro da Ribeira e praça pública. Outro da limpeza da cidade. Outro das propriedades e o sexto tem à sua conta as demandas e causas da Câmara...

FR. NICOLAU DE OLIVEIRA, *Livro das Grandezas de Lisboa*.

*CAPELA-MOR DA IGREJA DO CONVENTO
DE S. FRANCISCO*

E começando a falar das capelas tem de direito o primeiro lugar a capela-mor, dedicada a Nossa Senhora dos Anjos da Porciúncula, debaixo de cuja evocação teve princípio a igreja e o convento, a qual tendo acabado El Rei D. Manuel, fundador que foi da igreja, fêz mercê dela pera sua sepultura a D. Isabel de Mendanha.

.....

Ainda que a capela-mor é grande, e na capacidade proporcionada à grandesa da igreja, não estava porém com aquele ornato que de há poucos anos a esta parte se vê nas capelas maiores das igrejas desta cidade. E assim, animados os religiosos da confiança de que lhe não havia de faltar a providência divina com meios suficientes para fabricar na capela mor um retábulo de mármore, pondo mais os olhos na magestade do Senhor, pera quem pretendiam fazer a obra, do que nos cabedais que para ela tinham, deram os religiosos princípio à obra, e quando tinham chegado já com ela acima da banquetta do altar succedeu vir a este Reino o Reverendíssimo Padre Geral, e vendo que o retábulo que se intentava excedia muito o cabedal do convento em que se fazia a obra, ordenou que se não continuasse na forma em que estava começada,

.....

resolveram os prelados que o que estava começado em mármore embutidos se continuasse em madeira, seguindo o mesmo desenho e que o artificio da pintura representasse na madeira os embutidos com as mesmas cores que haviam de ter na pedra, o que se fêz com tanta perfeição que ainda depois de as mãos tocarem o que é pau, os olhos lhe querem persuadir que é pedra. Tem o retábulo de cada parte três colunas salónicas que representam jaspes da Arrábida, com suas bases e capiteis que parecem de mármore amarelo. Dos capiteis nascem três trossos da mesma grossura das colunas, as quais fazem a volta do retábulo, que fingem ser dos mesmos jaspes de Arrábida, que as colunas representam. Fica no meio deste retábulo a tribuna cuja entrada cobre um painel que mostra o glorioso Patriarca dos Menores diante da Rainha dos Anjos da Porciúncula. Os lados da capela são na parte inferior guarnecidos de um azulejo mui

galante que mostra os milagres do Seráfico Francisco. E por cima do azulejo correm dois nichos de cada parte, e no meio deles um grande quadro cujas molduras são de madeira, e do mesmo modo a guarnição dos nichos.

.....

Por cima desta obra corre uma cimalha que finge embutidos de mármore. E sobre a cimalha vão duas janelas de cada banda, pelas quais a capela recebe suficiente luz, que a faz mui clara e alegre. E a parede que fica entre as duas janelas, como todas as mais que se vê em um e outro lado, orna um azulejo fino, irmão do que fica pela parte inferior dos mesmos lados da capela. A abóbada dela sustentam uns arcos de pedra que se cruzam uns com os outros, os quais são guarnecidos de pintura e nos vãos que eles fazem se deixa ver um brutesco, que faz o tecto mui vistoso e engraçado.

P.^E JERÓNIMO DE CASTILHO (?), *História dos Mosteiros, Conventos e Casas Religiosas de Lisboa*, Ed. da Câmara Municipal de Lisboa, 1950, vol. I, pp. 55-57.

A DESAPARECIDA IGREJA DE S. MARTINHO

Demos agora um salto desde o Salvador até S. Martinho; por outra: até à frente da cadeia do Limoeiro. ¿A ver o quê? — pergunta o leitor. A estudar com a mente a paroquial daquele orago, que tantos séculos ali esteve, e cujo sítio é hoje um largo. Abramos os calhamaços e entremos em matéria.

*

É tida a paróquia de S. Martinho por uma das mais antigas de Lisboa. No tempo de D. Afonso II possuía a Ordem do Hospital, na freguesia de S. Martinho, *in Sancto Martino unam casam*.

Porém em escrituras mencionadas por D. Rodrigo da Cunha na sua *Historia Ecclesiastica*, já em 1168 se encontram memórias suas. E refere Castro, no *Mappa de Portugal*, haver documento

lapidar que provava ter sido esta paróquia priorado já em 1183. Era uma pedra tósca, posta num nicho de antigo confessionário, entre o arco do côro e a capela de S. Francisco.

A inscrição da lápida está mal transcrita pelo mencionado autor, quer porque êste a tivesse mandado copiar por pessoa que não fez nela maior reparo, quer porque quem a copiou não conseguiu vê-la bem, por estar em sítio um tanto escuro.

.. Essa inscrição, vista, correcta e descrita por José Valentim de Freitas nos seus preciosos apontamentos manuscritos do Museu do Carmo, era em *letra romana inicial e oncial, com caracteres conjuntos, gravada em pedra urgeiro (grés calcáreo)*. Achava-se, segundo êste minucioso informador, que via por seus olhos (e sabia ver), na parede fronteira ao vão de um confessionário, que se abria entre a pilastra que ficava junto ao côro, e a capela seguinte, a qual, em tempo de J. B. de Castro, era de S. Francisco, e últimamente era de Jesus Maria José, da irmandade dos cegos.

Êste mesmo indefesso pesquisador, a quem tanto devemos todos, conjectura que talvez o primitivo templo de S. Martinho não fôsse mais que uma pobre capella para um vigario da cathedral administrar os santos Sacramentos á gente da nova povoação, que se ia estendendo para aquelle lado da cidade. Foi — diz êle também — na sua origem uma construcção semelhante á primeira da sé, feita da mesma pedra dos bancos que então havia, e ainda ha, por aquelles e mais sítios da cidade, e ao nascente e norte. Era de architectura arabe, muito simples e tosca.

Ao demolir-se esta igreja últimamente, segundo logo contarei, examinou José Valentim, com a sua sagacidade de paleógrafo dèstes códices de pedra, as paredes, novas e velhas, ao passo que se iam esboroando. Dentro, na argamassa, encontrou vários vestígios da primitiva construcção.

JÚLIO DE CASTILHO, *Lisboa Antiga — Bairros Orientais*, 2.^a ed., S. Industriais da Câmara Municipal de Lisboa, 1937, vol. IX, pp. 13 e segs.

ELOGIO DE LISBOA

Propomo-nos fazer o elogio de Lisboa. Emprêsa grande! Assim diria o enamorado capitão Luiz Marinho de Azevedo, alfacinha de coração que, como nós, à maneira gongórica do seu tempo, soube

amar e cantar a sua cidade natal. Para o fazer só temos um título — sermos dos duzentos e cinquenta mil alfacinhas desta póvoa de oitocentos mil habitantes. Perencemos à esplêndida minoria dos seus filhos.

A cidade é, ainda hoje, como no tempo de Fernão Lopes, «de muitas e desvairadas gentes». Caldeiro de fusão de temperamentos e de sensibilidades, alvo e termo das ambições e dos sonhos de muitos portugueses, como cabeça e coração do seu organismo, a ela afluem o sangue e as idéias, e ela os tempera e apura no seu ferver civilizador. Caldeia-lhes a fé, a índole, o resíduo de provincialismo, a côr exagerada ou minguada, o sabor vago ou forte das individualidades, tal qual — perdõem-nos a comparação — a adega regional cria, para o sangue da terra, o tipo único, cheio de particularismos indestrutíveis.

... Dizia Francisco de Monçon, em pleno século dezassete, que êste alcunho de alfacinhas nos veio pelas muitas alfices que os de Lisboa comiam. Não sei se é exacta a explicação. Nas ridentes ortas do arrabalde, não era então a alfice que se sacrificava acompanhando o romântico peixe frito, mas a lagôsta fêmea com cardos tenros, iguaria que, na Lisboa das conquistas, era fatal nos rincões de Alcântara e de Xabregas, onde Camões talvez a provasse, e onde, de certo, D. Francisco Manuel a gostou na sua quinta da Fonte Santa. Fôsse como fôsse o alcunho, e hoje honramo-nos com êle como os tripeiros se envaidecem do seu pitéo histórico.

E Lisboa, que é o dixe dos estrangeiros, é a eterna apaixonada dos portugueses. A sua fisionomia inconfundível tem um poder mágico de atracção.

Deitou-se um dia sôbre um monte; acomodou-se, depois, melhor noutro; espreguiçou-se noutro e noutro, ajeitou em derredor olivais e vinhas, hortas e ferragiais; debruçou-se, a seguir, mais para o rio. Gostou de ver-se. Compôs o toucado, consertou à luz o perfil, empoou-se de cal, e deixou-se ficar namorada do Tejo.

Correram os anos. Vieram malefícios dos homens e da terra; agitaram-na abalos, queimaram-na labaredas, arrazaram-na as guerras, conspiraram-lhe a face de fealdades e de arrebuques pelintras de maquilhagem. Foi sofrendo resignada. Agarrou-se bem aos seus outeiros, enlevou-se mais no rio, deixou-se beijar melhor pelo sol, embrulhou-se no manto dino da sua luz de milagre. E continuou linda.

GUSTAVO DE MATOS SEQUEIRA e LUÍS PASTOR DE MACEDO, *A nossa Lisboa*, Portugália Editora, Lisboa, pp. 11 e segs.

A LENDA DE VILA NOVA DE GIBRALTAR

Apesar de ter sido definido e circunscrito desde 1900 o âmbito que ocupava a Judiaria Velha na actual Lisboa, ainda vários autores, ao tratarem deste bairro judeu, dizem que ele se chamara Vila Nova de Gibraltar, que era situado no sítio da actual igreja da Misericórdia, e que este templo foi a sinagoga daquela judiaria.

Não faz mal repetir aqui a falsidade de tais afirmações; a Judiaria Grande de Lisboa nunca foi no sítio da Ribeira Velha, nem a Misericórdia foi alguma vez templo hebraico, e nunca este bairro se chamou Vila Nova de Gibraltar.

No mapa que apresentamos vê-se a planta da Judiaria Velha ou Grande sobreposta à planta topográfica da mesma região da actual cidade de Lisboa, e nele se observam os limites do bairro judeu, obtidos segundo documentação que não tratamos de desenvolver aqui.

Vila era antigamente sinónimo de bairro, quando aplicada a uma zona de uma cidade; houve em Lisboa muitas vilas (Vila Franca, Vila Galega, Vila Quente, Vila do Olival, etc.) e algumas vilas novas (Vila Nova, Vila Nova de Andrade, Vila Nova que foi Judiaria etc.). Quando os judeus foram expulsos do reino em 1496, ao bairro que ocupavam passaram a chamar Vila Nova que foi Judiaria Grande, ou que foi dos judeus. As ruas do extinto bairro judeu também algumas vezes eram chamadas Vilas Novas, acrescentando-se-lhes o nome popular das ruas, como, por exemplo, Vila Nova do Chancudo, Vila Nova da Gibitaria etc., locuções equivalentes a Rua do Chancudo em Vila Nova, Rua Gibitaria em Vila Nova (que foi dos judeus, etc.).

Alexandre Herculano escreveu uma vez: Vila Nova de Gibraltar era a Comuna dos Judeus, e coloca esta comuna à beira do Tejo, onde se construiu o edifício da Misericórdia. Esta asserção, devido ao respeito que se tem pelos mestres, tem sido aceite como um dogma por vários escritores. Uma parte da acção do apreciado romance *Guerreiro e Monge*, do falecido escritor António de Campos Júnior,

passa-se em Vila Nova de Gibraltar, no sítio da Ribeira Velha; e ainda muitas outras citações poderíamos fazer.

Mas quem enganou Alexandre Herculano sobre a designação do bairro, foi frei José de Sant'Ana, que na sua *História dos Carmelitas*, se refere a um F., que morava na vizinhança da Sinagoga Grande, sítio que naquele tempo se chamava Vila Nova de Gibraltar e também Judiaria: donde procedeu, que ainda de presente com pouca corrupção do vocábulo, muita parte deste bairro se chama jubetaria. Frei José faz derivar a palavra Jubetaria, de Judiaria, quando aquela era o nome de uma antiga rua da comuna hebraica, também escrito sob a forma de Gibitaria, onde estavam arruados os jubiteiros ou gibiteiros.

Não se conhece documento algum que se refira ao bairro judeu pela designação de Vila Nova de Gibraltar, sendo provável que esta versão provenha da leitura incorrecta pelo frade carmelita, nalgum documento de peor ortografia, da locução Vila Nova da Gibitaria ou da Jubetaria, equivalente a Rua da Gibitaria ou da Jubetaria em Vila Nova, isto é, no bairro que fora da comuna hebraica.

A. VIEIRA DA SILVA, *Dispersos*, Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa, 1960, vol. II, pp. 217-218.

O CORAÇÃO DE D. PEDRO II

Entre os letreiros existentes no pavimento da pequenina igreja que foi das religiosas em Alcântara, desperta-nos a atenção e a curiosidade o de uma singela campa que está junta aos degraus do altar-mor, da banda do Evangelho, e nos diz:

COR JACET HIC PETRI
REGIS MORTALE SECVNDI
COR VIVEBAT VBI
CONTVMVLATVR IBI.

O coração de D. Pedro foi ali enterrado. Está bem, embora o facto tenha intrigado o velho Gomes de Brito. Mas que esse coração já ali vivesse onde foi sepultado, é que, em verdade, pode levar-nos à

suspeita de que algum enredo de amor nos está negaceando aquela pedra.

Cor vivebat vbi contumulator ibi.

Conhecida a volubilidade desse coração real, que não hesitara em sacrificar os mais sagrados afectos, amando a cunhada, mas amancebando-se com uma criada dela, a loira Du Verger; que tivera amantes até nas classes mais baixas, e «de vária cô», no dizer de um seu contemporâneo; que pedia para ser sepultado junto da sua «cara e amada esposa», a segunda, mas a traia, deixando vários filhos bastardos; não é para estranhar a suposição de que entre as freiras suas vizinhas também alguma guardasse na soledade da cela conventual, um pedacinho desse fragilíssimo coração.

Não é porém essa, nem poderia ser, a interpretação a dar à talvez pouco feliz, frase latina. Mas de facto o coração do Rei está ali.

Como terá pois ficado tão preciosa relíquia à guarda da humilde comunidade seráfica?

D. Pedro morreu pela 1 hora da tarde de uma quinta-feira, dia 9 de Dezembro de 1706, e nem no seu testamento, lavrado na Guarda dois anos antes, nem numas recomendações particulares que deixou, ha qualquer alusão que possa relacionar-se com a afirmativa da lápida do convento de Nossa Senhora da Quietação. De um «desejo verbal expresso pelo Rei in articulo mortis», como supôs Gomes de Brito, também não nos ficou memória.

Não, o caso foi outro, e muito simples. Conta-no-lo até o autor da *História Genealógica*, ao descrever-nos o embalsamamento do cadáver real.

Depois de minuciosamente nos informar de que «se achou a região vital infeccionada com vários achaques, o fígado com uma grande inchação, e a cutis que o cobria pela parte das costas estava branca, e se deslacerava com os dedos, o bofé todo negro, e na concavidade tinha um receptáculo que teria três onças de matéria...» não se esquecendo de nos referir que «no fel se acharam 35 pedras de feição de dados...», e de nos dizer que estava «a pleura da parte esquerda esfacelada, com uma grande porção de sangue gomoso», e que «no cérebro tinha algum sangue estraviado, e no ventrículo esquerdo alguma aguadilha»; conta-nos que, terminada a operação «foram os intestinos», isto é as vísceras, «a enterrar à igreja das religiosas Flamengas... levados à noite, com a decência devida, por António Rebelo da Fonseca, que servia de porteiro da câmara».

Ora aqui está pois desvendado o mistério. O corpo embalsamado do Rei foi levado para S. Vicente; as vísceras, e com elas o «cor

mortale», ficaram enterradas na formosa igrejinha do vizinho convento da Quietação.

J. M. CORDEIRO DE SOUSA, *Colectânea Olisiponense*,
Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa,
1953, vol. 1, pp. 119-121.

AS SALOIAS NA POESIA POPULAR

Não esquecem as saloias aos que as vêem na Capital. Formam, no meio da desolação geral, que a perda de qualidades características provocou, a cor simples, lavada, pobre, única hoje, de Lisboa.

*Quem me dera em Lisboa,
A porta de uma taberna,
P'ra ver passar a saloia
Com a saia a meia perna.*

A quadra, recolhida na aldeia da Rapa (Celorico da Beira), desenha nitidamente dois perfis: o etnográfico, da saloia; o moral, do poeta.

Referências ao traje da saloia, ei-las agora; são de folclore lisbonense dos arredores, ou da região mais próxima de Lisboa.

*Sou saloia, trago botas,
E também trago mantéu,
Também trago carapuça
Debaixo do meu chapéu.*

*Sou saloia, trago botas,
Também trago o meu mantéu.
Também tiro a carapuça
A quem me tira o chapéu.*

Outras alusões; uma em que a saloia fala de si:

*Sou saloia, vendo queijos,
Também vendo requeijão,
Também falo ao meu amor,*

Quando tenbo ocasião.

estoutra de donjoanismo barato, de beijo ao vintém:

*Ó sabia, dá-me um beijo,
Que eu te darei um vintém,
Os beijos de uma salaia
São caros, mas sabem bem.*

quadra que Teófilo Braga diz de Lisboa, e, bem se compreende dever de o ser.

LUIs CHAVES, *Lisboa nas auras do povo e da história — ensaios etnográficos*, Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa, 1961, vol. I, pp. 97-98.